

A primavera árabe e a
inauguração de novos tempos

Um debate sobre os desafios programáticos e teóricos postos para os revolucionários

por SIMONE ISHIBASHI



O ano de 2011 iniciou-se com a explosão do movimento de massas em uma série de países do mundo árabe e do norte da África. A primavera árabe, nome dado em alusão à primavera dos povos de 1848 que coordenou levantes em diversos países da Europa, segue atuante. Após meses de seu desenvolvimento é possível traçar um balanço desta primeira etapa. É certo que cada processo revolucionário aberto em cada país do mundo árabe merece um balanço próprio. Porém, para a reflexão que nos propomos aqui buscaremos fazer definições sobre o que pode ser generalizado, como os impactos mais importantes para a política regional e para o imperialismo norte-americano, que segue tendo no Oriente Médio o epicentro de sua política internacional.

A explosão da primavera árabe também atualiza a definição feita por Lênin de que estamos diante de uma época de crises, guerras e revoluções e recoloca a necessidade de os revolucionários refletirem à luz dos acontecimentos as questões de estratégia, programa e táticas. Neste sentido, abrimos uma discussão polêmica com algumas das posições que se forjaram na esquerda. Buscaremos argumentar como as posições de organizações como a LIT-PSTU e o SU não foram uma reversão da

deriva estratégica forjada no período anterior. Tomaremos as posições destas duas organizações a partir das discussões abertas mediante dois dos processos mais importantes de toda a primavera árabe até o momento: o Egito e a Líbia.

OS FUNDAMENTOS E O CARÁTER DO PRIMEIRO CAPÍTULO DA PRIMAVERA ÁRABE

A mídia burguesa apresentou a primavera árabe como um levante em defesa da democracia liberal. Rapidamente analistas burgueses imperialistas tentaram vender uma visão ideologicamente interessada de que sua característica fundamental seria o anseio das massas pela “ocidentalização” dos regimes, apostando a que esta abra uma situação similar para o imperialismo à que se dá após a restauração capitalista na Europa do Leste. A situação aberta após os anos de 1989-91, quando ocorrem as “revoluções cegas, surdas e mudas”¹ gera um grande fortalecimento da burguesia imperialista, que pôde inverter conjunturalmente a relação de forças a seu favor, apagando momentaneamente do imaginário dos trabalhadores e dos povos a perspectiva da revolução, não só a revolução operária e socialista, mas qualquer tipo de revolução como motor das transformações históricas. Mas o que ocorre hoje no Oriente Médio e no Magreb tem um caráter distinto. Em relação aos EUA, a primavera árabe ao contrário de fortalecê-lo traz novas dificuldades, com a frente aberta na Líbia, e a ameaça que paira sobre os regimes pró-imperialistas da região, como no Bahrein, Egito e Arábia Saudita, além de reacender o conflito entre Israel e a Palestina. E, mais importante, a primavera árabe está colaborando para mudar o clima ideológico dos anos anteriores, ao recolocar em cena a questão da “revolução”, ainda que com conteúdo difuso. A importância dos precedentes abertos pela primavera árabe se demonstra em que sua reivindicação cruzou o Mediterrâneo, e se fez sentir no movimento de “15 de Maio”, no Estado Espanhol, com a juventude e a população acampada nas praças chamando-as de “Tahrir”. Portanto, nos colocamos resolutamente ao lado das massas e da classe trabalhadora do Oriente Médio e do Magreb.

Uma primeira definição a ser feita sobre o primeiro capítulo da primavera árabe é que esta se dá sob o pano de fundo da decadência histórica da hegemonia imperialista norte-americana, que segue mantendo no Oriente Médio seu centro de atuação. Golpeia, portanto, os interesses do imperialismo e do Estado sionista de Israel. Ainda que a política abertamente beligerante levada por Bush e os neoconservadores tenha sido substituída por Obama pela demagogia do anúncio de maior colaboração, que fez em seu primeiro discurso internacional no Cairo quando eleito, a ação dos EUA na região provou ter muito mais conti-

¹ Caracterizamos desta forma os processos dos países do Leste europeu e da ex-URSS nos anos de 1989-1991, que ao contrário do que vende a intelectualidade burguesa imperialista não se iniciaram como mobilizações de massas em prol da restauração capitalista, mas que pela ausência total de direções revolucionárias terminaram abrindo caminho para o avanço do capitalismo. Para aprofundar este tema, ler “La actualidad del análisis de Trotsky frente a las nuevas (y viejas) controversias sobre la transición al socialismo”, de Claudia Cinatti na *Revista Estrategia Internacional* número 22, em www.ft-ci.org.

nuidade que ruptura com o governo predecessor. Apesar do anúncio da retirada das tropas do Afeganistão estima-se que 70 mil soldados continuarão no país, 47 mil soldados no Iraque, enquanto a OTAN abre uma nova frente na Líbia. A contradição entre discurso e prática se transforma assim numa debilidade para os EUA, que ao mesmo tempo em que intervém militarmente na região em nome da “democracia”, apóia a ocupação do Bahrein pelas forças da monarquia da Arábia Saudita, um dos seus principais aliados regionais. Portanto, as mobilizações árabes mesmo que num primeiro momento tiveram a debilidade de não colocarem as consignas antiimperialistas e anti-sionistas no centro, golpeia os interesses daqueles, obrigando Obama a ter que atuar para evitar a queda revolucionária dos regimes aliados, e ao mesmo tempo encobrir as contradições dos EUA por terem financiado e sustentado politicamente a maioria dos regimes questionados pelas massas.

No plano regional podemos definir que este primeiro capítulo da primavera árabe se constituiu por levantes revolucionários e de massas contra as monarquias ou ditaduras, em sua maioria as apoiadas pelo imperialismo - embora não exclusivamente, como, por exemplo, é o caso da Síria, em que os protestos se dirigem contra o regime de Bashar Al Assad, outrora parte do “eixo do mal” de Bush. Entretanto, seu caráter profundo transcende a questão dos regimes políticos, tendo raízes na crise econômica que golpeia o mundo, e castiga em particular os países do Magreb e do Oriente Médio. De acordo com a OIT o índice de desemprego entre os jovens nos países da região alcança a média de 25%, que faz com que este setor esteja em peso em todos os processos. Na Jordânia este índice é de 16%, enquanto na Síria gira oficialmente em torno de 10%, mesmo índice da Arábia Saudita, apesar de este último ser o maior produtor de petróleo do mundo. E esta realidade se dá apesar desta região concentrar 60% das reservas mundiais de petróleo. Na Tunísia o desemprego chega a 14% entre a população geral, e 30% entre a juventude, mesmo índice da Líbia, enquanto no Iêmen este índice é de impressionantes 35%. Não à toa são estes os países nos quais, ao lado da Síria, se abre uma crise mais profunda.

A crise capitalista foi um ponto culminante de uma situação que já vinha se gestando marcada pela ruptura do pacto social remanescente da época do pan-arabismo das décadas de 1950 a 1970. Este pacto mantinha resquícios de concessões sociais, produto da política semi-estatista, que marcaram os regimes da Líbia com a subida de Kadafi ao poder em 1969 após a derrubada do rei Idris, a ditadura do Baath na Síria com o clã Assad proveniente da minoria alauita, e mais profundamente, o Egito, berço de Nasser², maior expoente do pan-arabismo, em que o exército sempre atuou como principal instituição do regime a partir de 1952.

² Gamal Abdel Nasser, militar egípcio, foi presidente de seu país de 1954 até sua morte em 1970. Nasser promoveu, durante seus quase vinte anos no poder, uma política nacionalista, fomentando o movimento pan-arabista, e acabou por levar o Egito a uma breve associação com a Síria na República Árabe Unida. Um marco importante foi a nacionalização do Canal de Suez, que resultou na Guerra de Suez (1956), em função da resposta militar da França e Inglaterra. Sua maior derrota política e militar foi na Guerra dos Seis Dias em 1967 em que perdeu boa parte do seu poderio militar, atacado pelos israelenses, quando estava preparado para retomar as colinas de Golá na Síria, invadidas por Israel. Perdeu igualmente parte do Sinai também para Israel.

A partir da década de 1980 a ofensiva neoliberal se faz sentir nos países do Oriente Médio e Magreb, com regimes que abandonam as concessões, e politicamente passam para o lado do imperialismo. Há ainda aqueles como o de Kadafi e outros, que apesar de terem mantido uma retórica anti-imperialista também desferiram ataques e protagonizaram privatizações abrindo aos monopólios estrangeiros a exploração dos recursos dos países.

De acordo com o *Foreign Affairs*:

Os estados autoritários árabes, sem se darem conta, semearam a sua própria crise. Nos anos 1980 e 1990 as populações destes países se tornaram mais urbanizadas, demandavam direitos, especialmente por salário remunerado e trabalhos estáveis, além de casas decentes. E evidentemente as economias do mundo árabe não podiam responder a estas demandas. Durante a década de 1980 uma onda massiva de revoltas tomou conta das maiores cidades do mundo árabe. Os governos árabes responderam seguindo a agenda neoliberal típica nos anos 1990 sendo o Estado como provedor de assistência social substituído pelas organizações religiosas (o Islã Político – como foi o caso do Hamas na Palestina), e organizações não-governamentais. Esta arquitetura social não pôde melhorar a profunda pobreza que golpeia os países do Oriente Médio. Na verdade, a política econômica gerou uma distância cada vez maior entre os mais ricos e os pobres, tornou a classe média trabalhadora mais vulnerável economicamente, e marginalizou uma gama ampla da classe média educada. As últimas duas décadas foram marcadas pela expansão da “classe média-pobre”. Este setor social paradoxal tem diploma de curso superior, goza de contato com o resto do mundo, e espera ter uma vida de classe média, mas vive na pobreza e é cada vez mais marginalizado³.

Este elemento é de extrema importância, pois está ligado, ao lado da crise de subjetividade da classe trabalhadora, à característica dos levantes do primeiro semestre de 2011, que foram marcados em sua maioria pela hegemonia das classes médias urbanas, com um programa que se limitava, grosso modo, à reivindicação da queda dos regimes e por demandas democráticas formais, como a realização das eleições e a suspensão do estado de exceção permanente vigente em inúmeros países.

Assim, analisando o Egito, Hazem Kandil da *New Left Review* oferece uma definição que pode ser estendida a outros países de estrutura social e política semelhantes, em que a ausência de liberdades civis era tolerada em troca da assistência social:

O contrato envolvia uma troca: o regime oferecia educação e emprego, com um setor público estendido, seguro-saúde, e moradias razoavelmente baratas, além de outras formas de proteção social, em troca de obediência. Você poderia ter – ou esperar ter – estes benefícios desde que a política interna e externa não fossem questionadas. Em outras palavras as pessoas entendiam que estavam trocando direitos por bem-estar social. Dos anos 1980 em diante este contrato estava se desgastando, mas não havia sido definitivamente rompido até o início do novo milênio. Neste momento ficou claro que frente à ausência de oposição política

³ Asef Bayat, “The Post-Islamist Revolutions – What the revolts in Arab world mean”, em www.foreignaffairs.com.

organizada, estes regimes não mais necessitavam arcar com o custo das políticas sociais para garantir obediência política. Tendo à frente uma população aparentemente passiva e desmoralizada, o regime acreditou que havia chegado o momento de uma ofensiva em grande escala⁴.

Isso se deu de maneira similar em vários países, dentre os quais podemos dizer que os mais emblemáticos são a Tunísia, a Líbia e o Egito, em que a política de privatizações e a aproximação política com os imperialismos deu um salto imenso nas últimas décadas. Na Síria apesar de que do ponto de vista econômico isso tenha se dado, continuou-se mantendo um discurso “anti-imperialista e anti-sionista”. Seguindo com o exemplo do Egito, esta política tinha sua expressão na própria composição do regime, com a entrada no governo de uma série de representantes da burguesia mais próxima ao imperialismo, como Mohamed Mansour, um dos maiores vendedores de automóveis que foi nomeado como ministro do transporte, ou Zoheir Garraneh, magnata do turismo que se tornou ministro na mesma área, ou ainda Mahmoud Mohiedn, ministro da economia que foi diretor geral do Banco Mundial em 2010. O resultado para as condições de vida da ampla maioria da população foi extremamente drástico. Com o crescimento da urbanização dos anos anteriores, inaugura-se também uma escalada sem precedentes da especulação de preços imobiliários, que vem a se somar à inflação do preço dos alimentos e à retirada de direitos, além da precarização do trabalho, produto da política de privatizações, que atuaram como o fermento da insatisfação popular. Do ponto de vista econômico podemos concluir que a primavera árabe foi o produto da ruptura do pacto social descrito, cujas conseqüências para os trabalhadores e as massas foram agravadas pelo impacto da crise capitalista. Por isso, se trata de uma crise profunda, que se estende de país a país, e mesmo no Egito, onde o movimento iniciado no início do ano levou à queda de Mubarak, a crise política está longe de ser fechada, pois não há margem de manobra econômica para que sejam dadas concessões, como um aumento de salário generalizado, que seja capaz de apaziguar a raiva popular.

Contribui para isso a debilidade das mediações burguesas que poderiam substituir os atuais monarcas e ditadores em xeque. O caso do Egito, em que o exército foi capaz de desviar as mobilizações após a queda de Mubarak, ainda que não tenha encerrado a crise, se mostra como uma exceção. O caráter espontâneo e laico, bem como as demandas econômicas e democráticas que marcaram as mobilizações, relegaram as direções islâmicas a um papel secundário, diferentemente da dinâmica das décadas anteriores quando frente ao esgotamento do nacionalismo árabe o Islã político canalizou o sentimento anti-imperialista, e hegemonizou os processos de oposição à dominação imperialista e sionista da região. Inclusive alguns destes setores estão demonstrando como têm interesses opostos a que as mobilizações avancem, e já buscam pactuar com o imperialismo e as burguesias nacionais que papel terão num futuro regime, atuando também para o desvio da crise aberta, como é o caso da Irmandade Muçulmana do Egito.

⁴ Hazem Kandil, “Revolt in Egypt”, em *New Left Review* 68, Março/Abril de 2011.

Mesmo nos países que não foram palco de levantamentos se demonstra o temor por parte das organizações do Islã político frente à possibilidade de uma ação independente das massas. O Hezbollah que agora está no governo do Líbano declarou apoio a Kadafi na Líbia. Como assinala o analista sírio Khaled Saghiya no site do Rebelión:

Em seu discurso de 25 de maio, o secretário geral do Hezbollah falou sobre a reforma na Síria. Foi tão longe que chegou a afirmar que a direção síria está decidida a empreender reformas importantes. Não obstante, em lugar de reformas, o que a Síria está tendo não é mais que dura violência. Ainda que não seja assunto do Hezbollah dar declarações sobre as boas intenções da Síria para levar a cabo reformas durante muito tempo atrasadas, corresponde ao Hezbollah se preocupar por cada gota de sangue sírio, ainda que seja só por respeito aos seus próprios simpatizantes. Dito diretamente: o que todos esperam do Hezbollah é que, como mínimo, ofereça suas condolências aos mártires que caíram e amaram a Síria como ninguém o fez.

Já as oposições burguesas liberais não contam com autoridade suficiente frente às massas para dirigirem as transições de regime. Um exemplo pronunciado disso, além de El Baradei no Egito que chegou a ser vaiado pelos setores presentes em uma manifestação é a direção burguesa líbia organizada no Conselho Nacional de Transição (CNT). Além de ser composta por setores que ocupavam altos cargos no antigo regime, os “notáveis” que estão à frente dos comitês líbios avalizaram a ofensiva imperialista da OTAN como se esta fosse a única via de derrubar Kadafi, apesar da disposição de setores do povo líbio a pegar em armas. Temendo a possibilidade de não conseguir conter a população armada, atuaram para impedir que esta perspectiva se desse. Se Kadafi não caiu até o momento isso se deve muito mais à não resolução do vácuo político produto da inexistência de uma alternativa com autoridade suficiente para ser posta no poder pela OTAN e pela CNT, além de que se demonstrou que Kadafi segue mantendo uma base de apoio.

Este vazio de alternativas que possam encerrar os processos está por toda parte. Na Tunísia, onde a classe trabalhadora cumpriu um papel importante na queda de Ben Ali, nenhuma das alternativas de transição conseguiu se consolidar. A UGTT, principal central sindical, revelou-se a única força política que conta com a confiança do povo e dos trabalhadores. Porém, a política desta central se demonstra vacilante, refletindo a heterogeneidade de sua composição, que combina setores combativos e conciliadores. O movimento 6 de Abril no Egito tem um caráter heterogêneo, e não inspira confiança na burguesia e no imperialismo, já que contém também uma vanguarda dura, que segue mobilizada e se enfrentando com uma violenta repressão.

Enquanto escrevemos estas linhas, durante os últimos dias de junho, grandes manifestações tomam novamente conta da Praça Tahrir, resultando em uma duríssima repressão. O segundo ato de Tahrir em 29 de junho se deu a partir de uma manifestação conclamada por familiares dos mortos dos levantes de janeiro e fevereiro – estima-se que 800 pessoas foram mortas pela repressão policial – contra

uma homenagem no Balloon Theatre do Cairo, que o governo de transição fazia aos policiais que também haviam morrido, em número drasticamente menor que os manifestantes, como é evidente. O governo de transição respondeu com feroz repressão, resultando em 1.114 feridos. Esta ação demonstra a raiva popular contra a polícia e o aceleramento da erosão da passividade em relação ao governo da Junta Militar. Como relata o jornal *El País* em 29 de junho:

A maioria voltou às ruas para expressar o descontentamento pelo lento desenvolvimento que está minando o processo de transição, e principalmente expressam a raiva popular pelo atraso no julgamento dos responsáveis pelas mortes dos manifestantes da revolta.

Isso implica uma dificuldade imensa para desviar os processos, ainda que não se possa descartar que novas mediações com tinturas de bonapartismo *sui generis* surjam na região, o que ainda que pudesse ser a única via de refazer os regimes traria contradições imensas para o imperialismo e os sionistas, no marco da crise de hegemonia norte-americana e da crise capitalista.

Outra definição é que tivemos duas dinâmicas gerais na luta de classes. Uma, mais avançada, que tem no Egito seu expoente. O Egito tem uma estrutura de classes mais moderna, com uma classe trabalhadora numerosa e com peso social, ainda que esta tenha atuado diluída no bloco “todos contra Mubarak”. Apesar das mobilizações não terem levado a uma dinâmica de armamento da população, dá-se um processo profundo, e que não está encerrado justamente pela continuidade das greves e pelas crescentes exigências dos setores mobilizados contra as tentativas do Exército de forjar um regime abertamente reacionário. Potencialmente a classe trabalhadora pode ter aí um papel chave, se segue aprofundando sua mobilização. Pelo papel estratégico que cumpre na região, pelas relações carnis que mantinha com o imperialismo norte-americano, e pela sua própria história como berço do nacionalismo árabe, o processo revolucionário egípcio marca uma tendência mais avançada ainda que esteja por ver-se qual se fará hegemônica: se as pressões à “normalização” com as eleições de setembro, ou se a posta pela continuidade das greves e das manifestações. Uma dinâmica relativamente mais progressista vemos também na Síria, marcada pela passagem da base do exército para o lado da resistência, e que traz a potencialidade de colocar no centro de cena um sentimento anti-Israel mais pronunciado.

A Líbia expressa uma segunda tendência, caracterizada por elementos de uma guerra civil labiríntica, marcada por uma estrutura social tribal, sem participação da classe trabalhadora – que no caso da Líbia é predominantemente estrangeira – com duas frações da burguesia hegemonzando o processo, apesar de haver participação popular detrás destas, e sofrendo intervenção direta do imperialismo.

O Iêmen, um dos três países mais pobres da região, segue esta mesma tendência, ainda que com algumas diferenças. Com o vazio institucional que se abriu com a ida do presidente Abdulah Saleh para a Arábia Saudita depois do atentado que quase o matou, atribuído à tribo Hashid, maior do país, a resistência se apro-

fundou e inclusive a foi deflagrada de uma greve geral. Como resposta milhares de jovens foram reprimidos na cidade de Taiz. Porém, a juventude está perdendo o protagonismo, e a dinâmica posta é de uma guerra civil entre duas frações reacionárias. Uma é dirigida pelo Gral Ali Moshen, e outra é da tribo Hashi. Ambas buscam se apoiar no movimento da juventude para garantir seus interesses. Um setor do Comitê Coordenador da Revolução Juvenil para a Mudança rechaça a influência da tribo Hashi, mas elaborou uma carta a Obama solicitando apoio dos EUA. Portanto, da mesma maneira que hoje a OTAN intervém na Líbia buscando forjar um regime fantoche, os EUA já estão negociando e intervindo militarmente com ações de baixa intensidade no Iêmen para atingir o mesmo fim. De acordo com o *The New York Times*, a campanha dos EUA no Iêmen está dirigida pelo Comando Conjunto de Operações Especiais, e estreitamente coordenada pela CIA, com posto de comando norte-americano em Sana. Além disso, os EUA buscam fazer com que as revoltas iemenitas não se espalhem para a Arábia Saudita e países do Golfo, que até o momento não foram palcos importantes de manifestações.

Assim, a primavera árabe encontra-se diante de duas perspectivas reacionárias postas pela burguesia local e imperialista: os desvios, que se tornam cada vez mais difíceis pela ausência de mediações, e a repressão e cooptação de frações burguesas. Uma terceira perspectiva é a de que a classe trabalhadora, que já veio exercitando seus músculos neste primeiro momento da primavera árabe, dê um salto de qualidade, e consiga construir seus próprios organismos de auto-determinação, dotando as crises políticas que seguem de uma dinâmica revolucionária. A explosão de um segundo capítulo da primavera árabe abre a perspectiva de combinação entre aqueles países em que as ditaduras anteriores já caíram, como o Egito, e aqueles em que ainda não. Portanto, coloca a possibilidade de que se acelerem as experiências das massas com os governos de transição.

UM EXERCÍCIO IMPORTANTE PARA A CLASSE TRABALHADORA, QUE PRECISA SE COLOCAR COMO SUJEITO

As maiores debilidades deste momento da primavera árabe foram a ausência da classe trabalhadora como sujeito político, e a inexistência de uma direção revolucionária. Entretanto, os trabalhadores fizeram um importante exercício, que sem dúvida, ajuda a forjar uma nova vanguarda, e marca uma tendência alentadora para a luta de classes. Retomemos novamente o exemplo do Egito e da Tunísia. Durante a mobilização de janeiro de 2011 os trabalhadores metalúrgicos egípcios propuseram para a Praça Tahrir demandas políticas que incluíam além da queda do governo

o confisco da fortuna e das propriedades do governo em nome dos interesses das massas, a renúncia imediata de todos os trabalhadores dos sindicatos controlados ou filiados ao regime, e preparação de conferências gerais para eleger e formar novas organizações,

a reestatização das empresas do setor público que foram privatizadas, em benefício de todo o povo, assim como a formação de uma nova administração destas, composta por trabalhadores e técnicos, formação de comitês de trabalhadores para controlar a produção, os preços e os salários, além de uma Assembleia Constituinte de todas as classes populares⁵.

Pouco se recorda, mas a queda de Mubarak se deu justamente no mesmo dia em que os trabalhadores se declaravam em greve geral, não mais pelas suas reivindicações econômicas, mas também pela queda do regime. Se este programa tivesse se concretizado e ganhado as amplas massas da Praça Tahrir, seguramente o resultado da queda de Mubarak não teria sido a ascensão do exército, mas um salto no processo revolucionário aberto. Pouco se fala, mas o dia em que Mubarak caiu coincidiu com a publicação deste chamado, além da declaração de greve geral por parte da recém formada Federação dos Sindicatos Independentes do Egito. Não seria descabido supor que a saída de Mubarak foi negociada neste dia para evitar que o movimento operário assumisse um caráter de sujeito político central concretizando o maior temor do imperialismo e da burguesia local.

As greves egípcias, apesar de terem refluído agora dão lugar a um importante movimento antiburocrático, no qual se criam diversos sindicatos independentes da central atrelada ao governo. Este movimento se estendeu a setores estratégicos como o de transporte. O antecedente deste movimento foi a onda de greves dos trabalhadores e trabalhadoras do setor têxtil que entre 2006 e 2008 fizeram diversas greves com ocupações de fábrica na cidade de Al Mahalla. O setor têxtil no Egito emprega 48% de toda a força de trabalho do país, em que algumas empregam 24 mil trabalhadores, em sua maioria mulheres. Nos primeiros 3 meses de 2008 foram realizadas 389 greves, que resultaram em 2 sindicatos independentes, os primeiros desde 1957, que envolvem juntos mais de 70 mil trabalhadores do setor público. Existem bases, portanto, para apostar no desenvolvimento do movimento operário, apesar das greves terem perdido um pouco a força após a queda de Mubarak. Diversos setores de trabalhadores se fizeram presentes nas marchas de abril contra as medidas anti-operárias do governo de transição, e exigindo a prisão de Mubarak.

Na Tunísia as greves cumpriram um papel fundamental, com os trabalhadores rodeando a sede da UGTT, que reúne desde setores oportunistas a outros mais combativos, e reivindicando a deflagração da greve geral para derrubar Ben Ali. Entretanto, a política da UGTT historicamente foi se adaptar ao regime, tanto que apoiaram a ascensão do primeiro-ministro Ganouchi, ainda que a continuidade da pressão dos trabalhadores os tenha obrigado a mudar de posição em seguida. A UGTT fez com que a imensa disposição de luta da classe trabalhadora fosse bloqueada, e que enquanto escrevemos estas linhas a Tunísia esteja marcada pela volta do toque de recolher durante a noite, e da repressão do governo de Béji Caïd Esseb às manifestações como a que ocorreu nas cidades de Grabes e Sidi Bouzid em maio, e pela tentativa de desvio com as eleições previstas para 24

⁵ “La caída de Mubarak y el papel de los trabajadores”, em www.rebellion.org.

de julho para forjar uma nova Constituinte, cujas características dependerão da relação de forças, ou seja, da classe trabalhadora.

Na Líbia, a classe trabalhadora do setor mais estratégico, de energia, em sua maioria composta por estrangeiros, fugiu do país após a explosão do enfrentamento entre as forças leais a Kadafi, o que demonstra a criminoso política burguesa da direção da resistência a CNT. Isso é chave para que a dinâmica posta aí seja muito mais fratricida. No Iêmen houve greves gerais, que foram duramente reprimidas pelo exército resultando em mortos em cidades do sul como Aden. A deflagração da greve foi chave para que Saleh tivesse declarado que deixaria o poder. Porém, seu refluxo fez com que este voltasse atrás desta declaração. Resta saber como o movimento operário responderá às tentativas de cooptação do imperialismo de parte dos setores enfrentados. Só uma política independente das duas alas poderia garantir seu desenvolvimento.

Os países do Golfo Pérsico, com exceção do Bahrein e em outro nível da própria Arábia Saudita, estiveram por fora da dinâmica da primavera árabe, porém encontram-se percorridos por uma onda de greves operárias, com grande peso dos trabalhadores estrangeiros. Os operários de Salalah e Sohar em Omã estão protagonizando uma revolta por conta das condições de trabalho e por aumento de salário que já dura meses. A própria Arábia Saudita foi palco de uma greve massiva dos trabalhadores petroleiros que foi rapidamente alvo de negociações, para não confluir com as manifestações contra o governo. De acordo com Ahmad Kanaa

Os trabalhadores estrangeiros do Golfo ainda que sejam marginalizados estão longe de ser passivos, como reza o imaginário popular. (...) O protesto de Dubai de 1500 trabalhadores com salários precários está longe de ser atípico por sua amplitude, já que havia sido antecedida por uma greve de 3 mil trabalhadores no emirado Ras Al-Jamah, e antes cerca de 30 mil operários haviam se declarado em greve contra a Arabtec, a grande empresa de construção de Dubai⁶.

Em primeiro lugar isso demonstra que o fato de a classe trabalhadora ser majoritariamente estrangeira não é uma barreira absoluta para que estes lutem. Por outro lado, demonstra que uma onda de greves do Golfo poderia acelerar a dinâmica dos acontecimentos, já que golpearia os maiores produtores de petróleo do mundo.

Portanto, o primeiro capítulo da primavera árabe não se constituiu apenas de mobilizações populares, mas combinou-se com uma primeira movimentação dos trabalhadores, que constitui um alento importante. No entanto, é preciso extrair as lições que confirmam a necessidade de sua intervenção independente e hegemônica frente aos setores explorados e oprimidos. Por isso, não caracterizamos este primeiro momento como uma revolução democrática vitoriosa, mas como a abertura de um processo revolucionário ainda em curso. A queda de Mubarak e de Ben Ali são conquistas importantes, mas que dependem da ação dos trabalhadores para avançar.

⁶ Ahmad Kanaa, "Trabajadores extranjeros y biopolítica en el Golfo", em www.rebellion.org.

A situação de crise capitalista impede o desvio deste movimento em moldes similares ao Maio de 1968, em que as grandes greves que acompanharam a radicalização juvenil foram encerradas mediante a concessão generalizada de aumento de salários. Isso faz com que a perspectiva mais alentadora, e que não pode ser descartada, de um novo capítulo da primavera árabe é que esta seja produto da radicalização dos trabalhadores, sobretudo no Egito e na Tunísia, que seguem sem ter suas reivindicações atendidas, e justamente por isso podem fazer uma experiência mais acelerada com as tentativas de transição.

A “DOCTRINA OBAMA”: DEMAGOGIA E BOMBAS PARA EVITAR A QUEDA REVOLUCIONÁRIA DOS REGIMES

A primavera árabe está sendo responsável por desmascarar o conteúdo da “doutrina Obama”. Quando este foi eleito, no discurso do Cairo há dois anos anunciava novas relações do imperialismo norte-americano com o Oriente Médio. Como é evidente hoje, em linhas gerais a política de Obama se mostrou mais como continuidade com o seu predecessor que ruptura. A ocupação do Afeganistão foi mantida e reforçada, e mesmo com o recente anúncio de que iniciará a retirada das tropas neste ano, sabe-se que apenas 10 mil sairão. Mesmo após a maior retirada, prevista para pouco antes das eleições de 2012, manterá ainda 70 mil efetivos. A permanência das tropas no Iraque tem sido alvo de ameaças de retaliações por parte dos xiitas iraquianos comandados por Moqtada Al Sadr, líder do exército Mehdi⁷. Esta manutenção das ocupações segue enquanto a dívida pública norte-americana bate o teto máximo de US\$ 14,29 trilhões e o desemprego atingiu a casa dos 14 milhões⁸. Com este pano de fundo cerca de US\$ 100 bi são destinados à ocupação do Afeganistão, desmascarando nos fatos todas as ilusões de que a ascensão de Obama traria uma situação de menos beligerância, questão que aprofunda as crises domésticas e golpeia a popularidade do presidente dos EUA, já que a população norte-americana cada vez mais exige a resolução dos problemas econômicos domésticos e menos intervenção.

Obama também levou a cabo um dos maiores objetivos declarados de Bush: a eliminação de Osama Bin Laden. O momento não é coincidência. Tinha o objetivo de contaminar os levantes populares com a volta das ações terroristas da Al

⁷ Moqtada Al Sadr havia se integrado ao governo de coalizão costurado pelos EUA ao lado dos setores sunitas. Entretanto, mediante a permanência das tropas norte-americanas no Iraque que ainda contam com algo em torno a 50 mil efetivos militares no país, Moqtada Al Sadr vem ameaçando reativar o exército Mehdi, responsável pelos levantes xiitas que se combinaram aos sunitas de Falujah no ano de 2004, e que se constituíram como a maior ameaça à ocupação norte-americana.

⁸ O Departamento do Tesouro norte-americano atingiu em 16/05/2011 o limite da dívida que o governo americano pode adquirir para pagar as contas federais, deixando o país mais perto do risco de calote a não ser que um acordo no Congresso eleve este teto, o que poderia trazer um alívio imediato à custa de aprofundar as contradições econômicas de longo prazo. No imediato, o governo está tentando descarregar esta crise nas costas dos trabalhadores, questão que seguirá mesmo com a perspectiva de haver aumento do teto, seguindo exemplo do prefeito de Nova York, Michel Bloomberg, que recentemente anunciou o corte de mais de 5 mil funcionários públicos. Este ataque foi respondido com uma grande manifestação que reuniu milhares de pessoas contra a política de privilegiar os milionários de Wall Street.

Qaeda, o que poderia ser útil para desviar os processos mediante tendências a confrontos sectários. Entretanto, não só esta perspectiva não se deu, como inclusive as relações dos EUA com o Paquistão ficaram à beira da ruptura. O Paquistão era um aliado fundamental para a estratégia de retirada do Afeganistão que consiste em reduzir a presença militar, colocar no eixo as ações de contra-insurgência e negociar com os setores moderados dos talibás sua integração ao governo afegão. Do ponto de vista interno, a moralização reacionária em torno do assassinato de Bin Laden durou pouco, e a queda de popularidade de Obama seguiu pela continuidade da crise econômica.

Já a intervenção criminosa da OTAN na Líbia demonstra dificuldades, ainda que a cada dia se anunciem conversações com o ditador, que até o momento não trouxeram resultado prático algum. As contradições da política imperialista explodem nos dois campos complementares de sua atuação: no militar e no político. No político por duas questões fundamentais. Uma primeira porque a intervenção militar na Líbia foi imposta, sendo um combate que pode trazer altos custos e baixos ganhos, sobretudo para os EUA. Em segundo, porque não existe uma liderança com autoridade suficiente para negociar um regime pós-Kadafi. O real objetivo político do imperialismo é frear a intervenção das massas e dos trabalhadores, apoiando-se na direção burguesa da CNT, e impedir que esta tome uma dinâmica revolucionária. Estes que se levantaram por toda a região são os reais inimigos das forças reunidas na OTAN, e não Kadafi a quem os imperialismos sustentaram até há pouco. Porém, para atingir tal objetivo político, os imperialismos se vêem presos na própria teia de contradições existentes entre o seu discurso “humanitário” e “democrático”, e seus interesses de rapina. Não podem deixar de intervir, pois isso abriria a perspectiva de cobrar altos custos, tanto frente à opinião pública internacional demonstrando que só se movimenta pela “democracia” nos países onde seus interesses estão diretamente postos, como pela possibilidade de uma radicalização das massas e trabalhadores líbios, o que poderia trazer uma dinâmica ainda mais convulsiva para todos os países da região.

Esta é uma das grandes contradições que a nova versão da “doutrina Obama” posta no discurso do dia 30 de maio de 2011 tenta responder sem, no entanto, obter sucesso. Tal doutrina se caracterizaria na leitura realizada pela revista norte-americana *The New Republic* em seu editorial em legitimar as intervenções militares em duas situações:

A primeira se dá quando os “interesses centrais” dos Estados Unidos e de seus aliados são ameaçados. Neste caso, o presidente “nunca hesitaria em usar nossos militares de forma rápida, decisiva e unilateral”. (...) A segunda categoria consiste em casos nos quais “nossa segurança não é diretamente ameaçada, mas nossos interesses e valores são”.

Em seguida, acrescenta a análise: “*Esta é uma formulação complicada porque tenta combinar idealismo e realismo por meio do uso da conjunção ‘e’*”. Em outras palavras, trata-se de uma política pragmática, em que praticamente qualquer tipo de intervenção estaria legitimada, já que os EUA poderiam caracterizar qualquer

processo como “ameaça aos valores norte-americanos”. Em suma, uma versão mais demagógica, mas igualmente criminosa, para a mesma política beligerante. Portanto, os discursos com teor conciliador e o anúncio das retiradas cosméticas das tropas no Afeganistão são para consumo interno, enquanto na prática os EUA seguirão intervindo para pôr um fim à primavera árabe, de preferência por detrás da OTAN, para não arcar com os custos sozinho.

Nas palavras do analista neoconservador George Friedman, a doutrina Obama deveria ser abertamente pragmática, e considerar que mesmo que o resultado da primavera árabe seja a emergência de novos regimes democráticos, estes não necessariamente serão aliados dos EUA. Assim, a política imperialista teria que se orientar pela desconexão entre a demagogia de defesa de “valores democráticos” e intervenção.

Bush entendia que os EUA não poderiam conduzir uma guerra na região sem aliados, e recrutou uma coalizão de países que avaliava terem no Islã radical a maior ameaça para sua sobrevivência. Isso incluía o Egito, a Arábia Saudita e o resto do Conselho de Cooperação para o Golfo, Jordânia e Paquistão. Estes países desejavam ver a Al Qaeda derrotada, e permitiram a Washington levar suas guerras adiante. Esta coalizão está rompida. Além das tensões entre os EUA e o Paquistão, no resto do Oriente Médio está sendo questionado a legitimidade e a sobrevivência de uma série de regimes, incluindo os da anterior coalizão. Se estes regimes pró norte-americanos colapsam a posição dos EUA na região também colapsará.

Conclui:

Apoiar uma mudança de regime no Bahrein, ao contrário do Egito e Líbia, pode custar muito. Significaria que os EUA perderiam a sua maior base naval no Golfo Pérsico e a possibilidade de iniciar levantes xiitas na Arábia Saudita. Consistência moral e geopolítica raramente caminham juntas. Absolutismo moral não é uma opção no Oriente Médio. Em lugar disso Obama deveria buscar forjar uma nova coalizão⁹.

Portanto, a intervenção na Líbia e no Iêmen visa responder a esta necessidade de forjar novos regimes fantoches. As dificuldades disso é que este apoio seletivo aos levantamentos árabes explicita ainda mais o caráter imperialista dos EUA, o que pode desatar o sentimento antiimperialista no conjunto da região. Isso porque a doutrina Obama não é nova, mas uma combinação de bombas e demagogia para manter os interesses imperialistas. Nova é a situação posta pela entrada em cena das massas árabes, que derruba a ordem que o imperialismo delineou. Este cenário golpeia, sobretudo, os aliados históricos do imperialismo, em especial os sionistas de Israel.

A SÍRIA, E O CONFLITO ÁRABE-PALESTINO: RUMO AO SEGUNDO CAPÍTULO DA PRIMAVERA ÁRABE?

A continuidade das manifestações egípcias é uma tendência alentadora para que este processo siga avançando. Hoje, esta poderia dar um salto, frente à possibilida-

⁹ George Friedman, “Obama and the Arab Spring”, em *Stratfort Global Intelligence*.

de de uma terceira Intifada que conflua com a primavera árabe, e aterroriza a burguesia sionista e imperialista. Caso isso se desse impactaria a situação internacional, pois obrigaria os EUA a mudar de estratégia no Oriente Médio. Não à toa George Friedman assinala no artigo citado

Obviamente Obama sabe que qualquer chamado por mudança radical envolve a relação Israel-Palestina. Obama sabe que este é o cemitério da política externa: os presidentes que se meteram aí raramente saíram bem. Mas qualquer influência que ele poderia ter com os árabes se esvaíria caso ele não tentasse.

E esta tentativa é muito mais complicada hoje.

O discurso de Obama sobre um Estado palestino nas fronteiras de 1967 foi tomado como vazio pela maioria dos analistas, já que esta foi a base sobre a qual Clinton firmou o Mapa do Caminho nos anos 1990, sem que jamais tenha atuado neste sentido. Entretanto, a primavera árabe muda a situação. Na década de 1990 o movimento laico de Iasser Arafat, Fatah, havia riscado de seu programa a destruição do Estado de Israel, e o imperialismo norte-americano – e por esta via Israel – estava enormemente fortalecido por conta da ofensiva neoliberal com a restauração burguesa. Podia-se prometer uma política aos palestinos e impor ao mesmo tempo sua derrota. Mas hoje se a primavera árabe segue, poderia forçar uma mudança de política do imperialismo, ainda que não se possa ter ilusões¹⁰ de que esta iria até um Estado palestino nas fronteiras de 1967, pois isso implicaria um retrocesso muito importante para os sionistas no poder. Tudo aponta a que o discurso de Obama visa colocar freios a Benjamin Netanyahu, - cuja política é retomar todo o território da Cisjordânia e aprofundar o nacionalismo israelense contra os árabes - para não despertar os sentimentos anti-imperialistas na região, que poderiam ter repercussões internas nos EUA às vésperas das eleições norte-americanas de 2012. O atual Knesset (parlamento israelense) está nas mãos dos setores mais radicais entre os sionistas, produto da viragem reacionária após a derrotas do Líbano em 2006. A política levada adiante por Netanyahu não admite retrocessos. Isso se mostrou após o discurso de Obama quando não só se declarou

¹⁰ Como contra-tendência aos discursos defendendo um Estado palestino, Obama iniciou uma mudança radical em sua equipe de segurança nacional que pode ter graves repercussões no Oriente Médio. Nomeou o diretor da CIA, Leon Panetta, para assumir o posto de secretário de Defesa, escolheu o comandante da guerra do Afeganistão, general David Petraeus, para substituir Panetta na agência de inteligência e indicou o General Martin Dempsey para chefe do Estado-Maior das forças armadas dos EUA. Nas últimas duas décadas, Dempsey passou a maior parte do seu tempo dedicado ao Oriente Médio: oficial de operações com o corpo de blindados na Guerra do Golfo (1991); chefe da delegação americana que treinou a guarda nacional saudita; comandante de uma divisão de blindados no Iraque em 2003; oficial responsável pela formação do novo exército iraquiano, e finalmente chefiando o Comando Central, que abrange o Irã, Egito, Síria e a Jordânia. Além disso, Dempsey é bastante familiarizado com as Forças de Defesa de Israel por meio de intercâmbio de informações e de opiniões entre as forças de ambos os exércitos nos últimos anos. É um estudioso e admirador das ações de Israel na Guerra de 1973, Guerra do Líbano (2006) e das ações contra o terrorismo nos territórios ocupados. Portanto, como bem observou Amir Oren (“Obama’s new security staff may approve attack on Iran” - *Haaretz* - 01/06/2011) as mudanças na equipe de segurança nacional dos EUA não são apenas um assunto norteamericano. Apesar de o próprio Oren reconhecer ser difícil, Dempsey, no início do seu mandato, convencer Obama a atacar o Irã, ou mesmo permitir Israel fazê-lo, não se pode negligenciar seus estreitos laços com o pessoal da forças de Defesa israelenses e a confiança do Congresso norte-americano nos planos de Netanyahu.

contra a perspectiva de um Estado palestino, como assassinou sírios na fronteira com Israel no dia da Nakba (exílio palestino de 1948). Este movimento já vinha se dando após a reunificação do Hamas e da OLP, que busca aproveitar as condições abertas pela primavera árabe, e pleitear um Estado palestino em setembro na ONU, ao mesmo tempo em que se antecipa à explosão espontânea de um novo levante palestino.

A percepção de que a política de Netanyahu pode ser um tiro pela culatra começa a se generalizar, como demonstra a crítica do ex-chefe do Mossad, Meir Dagan ao governo israelense de “falta de discernimento e flexibilidade”. Estes setores sionistas, tão reacionários quanto Netanyahu, temem um isolamento político de Israel, que termine piorando ainda mais sua situação. Apesar de serem radicalmente contra a instituição de um Estado palestino nas fronteiras de 1967, buscam fazer crer que Israel estaria disposto a tomar parte das negociações de paz para ganhar tempo e apostar no fim das mobilizações. A isso se soma a entrada em cena do movimento pacifista israelense que em maio colocou 5 mil pessoas nas ruas de Jerusalém apoiando a criação de um Estado palestino nas fronteiras de 1967, além da declaração de analistas e intelectuais neste sentido. Declara Lev Grimmer:

Tenho que admitir que antes de que o primeiro ministro israelense, Benjamin Netanyahu pronunciasse seu discurso em Washington eu não tinha claro se era justa a idéia palestina de defender ante a ONU o reconhecimento de seu Estado. (...) Entretanto, é precisamente a posição unilateral de Israel e sua negativa de evacuar os territórios o que fazem tão necessária uma resolução da ONU. Segundo Netanyahu, Israel não é um ocupante. (...) Assim passa por alto a ocupação dos territórios palestinos e todas as medidas tomadas pelos israelenses desde sua ocupação: o espólio das terras palestinas, a privação dos direitos civis e humanos, o bloqueio ao desenvolvimento econômico e as graves restrições que a sua população sofre. Todas estas ações são ilegais para qualquer ocupante, mas os israelenses dizem que não são ocupantes. Não há nada mais unilateral que a ocupação, e se necessita uma resolução da ONU precisamente para definir Israel como ocupante e qualificar suas ações como ilegais¹¹.

Portanto, Israel está cercado por todos os lados pela primavera árabe, hostil à sua existência. Isso é sentido, além das fissuras que já começam a se abrir na política israelense, nas manifestações massivas no Egito por conta da *Nakba*¹² em maio de 2011, nas posições abertamente anti-sionistas da resistência síria. Como assinala Immanuel Wallerstein:

A segunda revolta árabe segue a todo vapor. Seria muito aventureiro prever exatamente quais regimes cairão e quais se manterão. Mas o que parece claro é que os palestinos estão à beira de lançar uma terceira Intifada. Os palestinos, ainda os mais conservadores deles, parecem ter abandonado a esperança de que possam negociar com Israel. Esta é uma mensagem do acordo Fatah e Hamas. E dado que a população

¹¹ “La respuesta internacional adecuada”, *El País*, 13/06/11.

¹² *Nakba* é o nome dado ao dia em que os árabes e palestinos relembram o grande expurgo de seu povo pela ocupação israelense.

árabe de quase todos os países está em revolta política direta contra seus regimes, como poderiam se manter quietos os palestinos¹³?

Esta perspectiva pode ser alentada pela Síria. Os protestos acontecem desde março de 2011, mas a escalada das tensões se acirrou a partir do envio de tanques contra as manifestações em junho, sob o argumento de que 120 soldados teriam sido mortos pelos rebelados ainda que as evidências indiquem os responsáveis como o próprio exército, por ter se negado a seguir reprimindo as manifestações.

A história imbricada da Síria é uma prova do caráter espúrio das burguesias árabes, que apesar de muitas vezes terem rugas com o imperialismo, se utilizam de um discurso nacionalista para massacrar seu próprio povo, enquanto se negam a lutar contra as nações opressoras. O pai de Bashar Al Assad, Hafez, se apoderou do poder em 1970 e aprofundou a repressão, instituindo a dominação do Partido Baath ligado ao Iraque, com quem a Síria negociou uma unificação, rompida após o envolvimento de Sadam Hussein em um atentado em Damasco nos anos 1970. Assim uma minoria alauita passou a governar uma maioria sunita. Levou adiante uma política de vigilância absoluta, que se combinou com concessões mínimas, como o acesso à educação pública superior para os setores urbanos e subsídios para os mais pobres. Embora tenha enfrentado o Estado de Israel na guerra de Yom Kippur em 1973 ao lado do Egito para tentar retomar as colinas de Golá perdidas em 1967, a percepção popular de que o clã Al Asad é impotente frente a Israel está se proliferando. Desde a derrota de Yom Kippur inaugurou-se uma política de moderação crescente com o imperialismo e o Estado de Israel, e uma ferocidade contra o povo sírio, que traz fresca a lembrança do massacre de Hafez Al Assad que matou 20 mil pessoas que se levantaram contra o regime em 1980. Isso fez com que logo no início dos protestos, uma das consignas cantadas era *Pare de tirar o sangue do povo sírio, e volte-se contra Israel, que nos arrancou Golá*.

Esta situação foi a base que levou a que o premiê israelense e a alta cúpula do governo sionista tenham questionado abertamente se uma mudança de regime na Síria seria conveniente, já que apesar de Assad se colocar como aliado do Irã, e demagógicamente “anti-imperialista e anti-sionista”, “durante todo o seu governo não foi dado um só tiro nas fronteiras” de acordo com o jornal israelense *Haaretz*. Desde 1974 este regime nunca manteve nenhum conflito com Israel, muito pelo contrário.

Em relação à Palestina, a política do clã de Assad-Maklout se demonstrou em 1976 no Líbano. Naquele ano a Síria apresentou um plano para impor limites à presença da guerrilha e das demais forças de resistência palestina no Líbano, proposta que foi aceita pelos maronitas e muçulmanos conservadores, mas recebeu resistência das forças de resistência palestina. Como resposta, a Síria, em junho de 1976, rompeu com este setor, e desferiu uma brutal repressão, sobretudo aos setores mais radicalizados da resistência palestina, até que uma reunião da Liga Árabe costurou um cessar-fogo que legitimou não só os massacres aos palestinos,

¹³ Immanuel Wallerstein, “El próximo tsunami israelí?”, em *La Jornada* – 26/06/2011.

como também a intervenção da Síria sobre o sul do Líbano, que se mantém até hoje. Mais recentemente, a Síria participou militarmente na Guerra do Golfo, na batalha “Tempestade do Deserto” em 1991, sob a direção dos EUA, em troca de financiamento dos países aliados da região, além de ter enviado trabalhadores, para reduzir os impactos das greves e das demissões daqueles que se negavam a tomar parte da máquina de guerra imperialista.

O levante popular atual se dá contra toda esta política. A onda que arrasta as massas sírias às ruas toma este caráter potencialmente explosivo de colaborar para abrir um novo capítulo da primavera árabe, inclusive porque apesar da política criminosa de Hafez Al Asad contra os palestinos na década de 1970, cerca de 470 mil palestinos vivem em campos de refugiados na Síria. Portanto, não está descartado que a faísca para uma terceira Intifada exploda da resistência síria. Soma-se a isso a ruptura no interior do exército com setores de soldados passando para o lado dos rebeldes, elemento até então ausente na primavera árabe. De acordo com Robert Fisk:

A revolta síria contra o governo do presidente Bashar al-Assad está virando uma insurreição armada, com manifestantes anteriormente pacíficos se voltando às armas para lutar contra exército e “shabiha” - fantasmas, em português - dos milicianos que vem matando e torturando os que se opõem ao regime. Ainda mais grave para os poderosos apoiadores de Assad: há cada vez mais evidências de que alguns soldados sírios estão se rebelando.(...) A primeira evidência de que civis estavam se armando para defender suas famílias veio de Deraa, a cidade onde a sangrenta história da revolução síria começou quando membros do serviço de inteligência prenderam e torturaram até a morte um menino de 13 anos. Sírios chegando em Beirute me disseram que os homens de Deraa haviam se cansado de seguir o exemplo das manifestações pacíficas dos descontentes da Tunísia e do Egito - algo compreensível já que nenhum desses países sofreu algo comparado à repressão brutal dos soldados e milícias de Assad - e agora, por vezes, “atiram de volta” em nome da “dignidade” e para proteger suas mulheres e crianças¹⁴.

Para evitar que isso se aprofunde, enquanto escrevemos estas linhas o regime de Assad desferiu uma sangrenta repressão, que já conta com mais 1.309 mortos civis, apostando a instaurar uma dinâmica de guerra civil. E, como um provável mecanismo de desvio, já começa a se forjar um Conselho Nacional de Transição sírio, que conta com a presença de representantes de diversos setores, mas que é policlassista, a exemplo do CNT líbio. Por fim, ainda que a greve geral chamada pelos opositores para o dia 17 de maio tenha fracassado, o que demonstra que o movimento operário está mais para trás que em outros países, como o próprio Iêmen, as contradições abertas na Síria, se desenvolvem-se no sentido da continuidade da resistência podem, ao lado das tensões entre Israel e os palestinos, abrir um novo capítulo da primavera árabe em que este tema se colocará no centro dos protestos. Isso seria um salto importante.

O conjunto desta situação impõe que todas as organizações de esquerda se coloquem inequivocamente em defesa de um Estado palestino real, que nada tem a ver

¹⁴ Robert Fisk, “Síria em turbulência: a resistência se transforma em insurreição”, em *The Independent*.

com a ficção de territórios sem unidade composta pela Faixa de Gaza e a minúscula parcela da Cisjordânia que ainda tem população palestina. Isso implica na dissolução do Estado sionista de Israel, e no combate por uma Palestina laica, socialista e não racista. Mesmo que haja uma resolução favorável a um Estado palestino na ONU, esta seria incapaz de garantir o direito do retorno dos refugiados, pois continuaria privilegiando a existência do Estado de Israel. Um em cada três refugiados do mundo é palestino, perfazendo cerca de 8 milhões de pessoas que foram ou são descendentes dos expulsos da Palestina. Só garantindo o direito de retorno e o fim do Estado sionista haverá paz.

PELO AVANÇO DA PRIMAVERA ÁRABE EM CHAVE REVOLUCIONÁRIA

Combater pela perspectiva exposta acima implica levantar uma política de independência de classe e anti-imperialista para o conjunto da região. Neste sentido, nos colocamos decididamente contra qualquer intervenção imperialista e da OTAN, como está se dando hoje na Líbia. Denunciamos a hipocrisia dos governos imperialistas como o de Obama, que falam em democracia e direitos humanos enquanto sustentam os regimes mais antidemocráticos, como a monarquia sunita da Arábia Saudita, e seguem assassinando e oprimindo os povos do Iraque e Afeganistão. Sua intervenção na Líbia nada tem a ver com preservar o povo, mas como dissemos impedir a queda revolucionária de Kadafi, que poderia alentar novos ascensos de massas na região. Temos a mesma posição frente aos imperialismos europeus, que visam ampliar suas benesses à custa do sangue do povo árabe. Sarkozy sustentou a ditadura de Ben Ali até o último momento, e fechou as fronteiras francesas aos refugiados vindos desta ex-colônia.

É preciso repudiar quaisquer tentativas de desvio da primavera árabe que levem ao poder as oposições burguesas locais, que historicamente se demonstraram impotentes frente ao imperialismo, e invariavelmente se voltaram contra seu próprio povo, mesmo quando se escondiam por detrás de um discurso nacionalista, como fizeram por muito tempo Kadafi ou Bashar Al Assad. Portanto, é uma necessidade dos trabalhadores e das massas lutar contra os “Conselhos de Transição” dirigido por setores burgueses opositores, como o CNT na Líbia e agora o que setores da burguesia opositora estão tentando armar na Síria. Contra estes organismos que buscam ser os embriões dos desvios dos processos revolucionários, defendemos a criação de comitês de trabalhadores e do povo, que de maneira independente da burguesia opositora e das tropas imperialistas organizem a resistência e a autodefesa dos sublevados. Esta é a única via de garantir que a queda dos governos se dê sob uma perspectiva revolucionária.

Para responder às aspirações das massas em relação à queda dos regimes, é preciso, de acordo com as particularidades de cada país e do nível de consciência existente entre os trabalhadores e as massas, levantar a política de Assembleias Constituintes Revolucionárias destinadas a debater os problemas estruturais do país - como a concentração agrária e a subordinação ao imperialismo -, que sejam impostas pela

mobilização independente das massas, a partir de um governo provisório das organizações em luta quando as condições estiverem colocadas. Nestes processos que compõem a primavera árabe que, todavia, ainda não se desenvolveram os soviets e a classe operária e as massas não contam com uma direção revolucionária, estas Assembleias Constituintes devem materializar a lógica utilizada por Trotsky para apontar como responder às aspirações das massas em relação às demandas democráticas, inclusive as formais, quando partindo do exemplo da China afirmava que:

Do ponto de vista político a questão da democracia formal recobre o problema de nossa atitude frente às massas pequeno-burguesas e também frente às massas operárias, na medida em que estas últimas não adquiriram uma consciência revolucionária de classe¹⁵.

Desta forma, Trotsky buscava traçar uma política que fosse capaz de instaurar a “mais generosa das democracias burguesas” abrindo passo para o avanço da mobilização dos trabalhadores e das massas. Combatendo os setores ultra-esquerdistas que se negavam a levantar a consigna de Assembleia Constituinte para a China, ele apontava

Se pode argumentar que não é possível convocar uma autêntica Assembleia Constituinte mais que através dos soviets, isto é, através da insurreição. Não seria mais fácil começar pelos soviets e limitar-se a eles? Não, não seria mais fácil. Seria como por o carro na frente dos bois. É muito provável que não seja possível convocar a Assembleia Constituinte mais que através dos soviets, e que desta forma a Assembleia seja supérflua, inclusive antes de ser criada (...) Mas atualmente os soviets não existem. Não se poderá começar a estabelecê-los mais que frente a um novo avanço das massas. (...) Porém, enquanto isso, as questões constitucionais saem por todos os poros.¹⁶

Em países como o Egito hoje, mesmo com todas as distâncias que o separa da China da década de 1920, a inexistência de uma esquerda revolucionária que se coloque à frente das massas, e a ausência dos soviets, faz com que não se possa renunciar a lutar pela “mais generosa forma de democracia” no marco de uma política para desmascarar a mesquinhez da burguesia que nem esta concessão está disposta a dar. Isso se demonstra no governo de transição chefiado pelo Exército, e as demais forças burguesas, que não só mantém o estado de sítio contra o qual as massas se levantaram em janeiro como além disso leva a cabo eleições restritas como mecanismo de desvio das aspirações democráticas, nas quais a classe operária e a juventude estão submetidas a enormes dificuldades para participar. E mesmo que consigam são obrigadas a competir em condições de desigualdade, pelo poder econômico, com a burguesia. Assim concretamente terminam proibidas de fazer política em função da perseguição e da prisão de milhares de ativistas pelas mãos da Junta Militar. Portanto, esta política almeja a que o motor democrático reativasse as mobilizações e a luta revolucionária contra a tentativa de recomposição de um regime burguês estável, que abraisse passo para a resolução das tarefas democráticas

¹⁵ Leon Trotsky, *Stalin, o grande organizador de derrotas*, pg 362, El Yunque Editora.

¹⁶ Idem, pg. 364.

estruturais, o que necessariamente coloca o tema de qual classe as poderia realizar, questão que tem apenas uma resposta possível: os trabalhadores.

Por sua vez, a primavera árabe recoloca a vigência da Teoria da Revolução Permanente, elaborada por Trotsky, ao demonstrar que qualquer processo que se abra no Oriente Médio coloca as questões referentes às demandas democráticas estruturais, como a libertação nacional das correias de influência imperialista, e a necessidade da classe trabalhadora se colocar no centro de cena. É chave combinar a política acima com a agitação constante da necessidade que os trabalhadores emirjam como os sujeitos das mobilizações, combatendo pela resolução das demandas democráticas estruturais, como a libertação frente ao imperialismo, e a questão da terra, promovendo a unidade da classe trabalhadora da cidade com os do campo.

Para responder ao problema candente do desemprego é preciso que os trabalhadores tomem a produção, levando adiante esta ação em todas as fábricas que ameacem demitir, e as coloquem a serviço da luta contra os governos, diminuindo as horas de trabalho para que todos possam trabalhar. Neste sentido, é preciso que o controle dos ricos recursos dos países da região esteja a serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo, que devem lutar pela estatização sob controle dos trabalhadores dos ramos estratégicos da economia, hoje em grande parte nas mãos dos monopólios estrangeiros, combatendo também seus sócios menores, laicos e islâmicos: as burguesias locais. Somente assim se podem combater as ilusões nas oposições burguesas, no imperialismo, e levantar no calor da luta um programa que coloque no centro da cena a classe trabalhadora, com seus organismos de autodeterminação.

É preciso forjar uma direção revolucionária, que conflua e reúna os setores mais avançados dos trabalhadores que começam a fazer esta experiência, e podem ser a vanguarda consciente da única classe potencialmente revolucionária: os trabalhadores. Esta é a tarefa de maior importância que emerge: a formação de um partido revolucionário e marxista, que possa levar esta experiência ao seu ponto culminante: a revolução socialista.

UMA POLÊMICA NECESSÁRIA COM A ESQUERDA À LUZ DA PRIMAVERA ÁRABE

Contra a posição de Chávez e Fidel Castro de apoio a Kadafi

Após o resgate dos elementos mais importantes da geopolítica, abrimos uma discussão com a esquerda a respeito da estratégia e programa levantado no primeiro capítulo da primavera árabe. Alguns setores populistas próximos da política de Chávez e do governo cubano castrista insistem em apoiar Kadafi na Líbia, contra parte da população do país, a exemplo do presidente venezuelano e de Fidel Castro.

A “revolução verde” do kadafismo na década de 1960 – que foi apoiada desde as origens por Fidel Castro - não liquidou nem a estrutura tribal da Líbia, nem a sub-

missão nacional ao capital estrangeiro¹⁷. A *jamahariya* – conjunto de estatutos da “república socialista” escrito por Kadafi naquele momento - não resultou em uma república de massas, nem implicou em verdadeiras conquistas democráticas. O regime de Kadafi terminou em uma ditadura capitalista corrupta e nepotista, e após os anos 1990 firmemente aliada ao capital estrangeiro e aos imperialistas europeus.

O apoio de Fidel Castro a Kadafi repete seu *modus operandi* de apoiar os massacres contra-revolucionários de seus aliados. Sucessivamente condenou a Primavera de Praga – protagonizada por operários e estudantes tchecoslovacos em 1968 – como um levante provocado pela CIA; apoiou o golpe reacionário de Jaruzelski na Polônia sublevada contra a burocracia stalinista em 1981; apoiou a repressão da burocracia chinesa aos operários e estudantes na Praça Tiananmen em 1989 e sustentou até o último minuto a ditadura stalinista de Erich Honecker e da Stasi na antiga RDA. As declarações de Fidel duvidando dos crimes do governo burguês de Kadafi se situam dentro da mesma lógica de apoio a regimes repressivos stalinistas. Visto isso, demonstra-se que a política fundamental de Fidel é de sustentar as burocracias e *bonapartismos sui generis* contra os levantes populares que questionem o seu domínio.

Já Chávez, com seu projeto de limitadas aspirações nacionalistas burguesas, teceu alianças com uma série de governos que postula como “anti-imperialistas” ou “revolucionários”, que são na verdade férreas ditaduras que não questionam o cerne da propriedade privada, como é o próprio Kadafi. No caso específico deste, em setembro de 2009, Chávez entregou-lhe uma réplica da espada de Simón Bolívar, chamando-o de “Bolívar da Líbia”.

A argumentação castro-chavista resgata uma figura que declarou abertamente que leva adiante as causas do imperialismo. Como dissemos:

É o próprio Kadafi quem não se cansava de dizer que estava conduzindo uma guerra contra o terrorismo da Al Qaeda, na melhor linha da luta contra “o eixo do mal” de George W. Bush. Quem se compara com Israel – carrasco do movimento nacional palestino – bombardeando Gaza. Quem adverte em tom racista que no caso de sua queda, promover-se-ia uma invasão de negros africanos na Europa¹⁸.

Castro e Chávez sustentam que para enfrentar as posições imperialistas há que apoiar uma ditadura sangrenta que nas últimas duas décadas estreitou laços com

¹⁷ Durante a primeira década após o golpe militar de 1 de setembro de 1969, que colocou Muammar el-Kadafi no poder, Kadafi encarnou a figura do nacionalismo árabe no país, passando à órbita do Estado a produção petrolífera e aumentando os lucros gerados pelo petróleo; colocou restrições às empresas privadas e aos bancos e fomentou uma relativa distribuição de terras na região oeste de Trípoli, a capital. Mas a finais da década de 1980, com a população alinhada por trás de Kadafi depois dos bombardeios norte-americanos em 1986, Kadafi, como chefe do regime líbio, começou a aplicar profundas medidas neoliberais: privatizações, abertura da economia à entrada de petroleiras britânicas, francesas e italianas (sua ex-potência colonial), permissão de ingerência pelo FMI e Banco Mundial, e reformas na agricultura e na indústria. Como culminação deste processo, em 1988 aboliram-se as cotas de importações e exportações. Como se não fosse sujeição suficiente, em 2003 ainda alinhinou-se atrás da nefasta política de George W. Bush “contra o terror”, sendo seu aliado na região. Sempre, seja na versão pan-arabista, seja na versão neoliberal, ele nunca atendeu as demandas da população líbia, que sempre esteve submetida à mais dura pobreza.

¹⁸ “Apoiando Kadafi não se luta contra o imperialismo”, em www.ler-qi.org.

distintos imperialismos e abriu as portas para o capital estrangeiro (como é o caso da França através da petroleira TOTAL, e o caso da Itália com o monopólio petrolífero da ENI, além de muitas outras transnacionais no ramo alimentício). Se o imperialismo quer a saída de seu velho aliado é porque não representa uma garantia de estabilidade para os seus interesses, é um obstáculo para qualquer plano de transição e sua superioridade militar frente aos rebeldes não implica que possa impor-se facilmente numa guerra civil que, no caso de prolongar-se, complicará ainda mais o mapa geopolítico e da luta de classes em uma região convulsionada pela “primavera dos povos árabes”. Apoiar Kadafi significa apoiar um dos planos contra-revolucionários, o da liquidação *manu militari* da rebelião popular detonada por progressistas aspirações democráticas.

O SU e o PSOL: uma política de capitulação estratégica

No lado diametralmente oposto temos setores como o PSOL que tampouco demonstram ser capazes de passar à prova dos novos acontecimentos da luta de classes internacional. Embora não vinculem o triunfo das massas líbias à proteção do ditador genocida, e defendam a consigna de “Fora Kadafi” junto ao repúdio à intervenção imperialista, renunciam a transpor os limites da democracia burguesa formal. Ou seja, relegam ao povo líbio a condição de ser uma semicôlonia sob a tutela da covarde burguesia nativa e subserviente ao capital estrangeiro. Isto por que a defesa do pretenso Estado “democrático, independente e popular” que fazem é oposto a uma estratégia de independência de classe dos trabalhadores líbios, ou ao combate pela formação de uma direção revolucionária capaz de responder aos anseios mais sentidos das massas. Tal posição é repetida em uníssono pelo mosaico de correntes internas do PSOL, indo de Pedro Fuentes do MES até parlamentares.

Marinor Brito, senadora do Pará pelo PSOL, chega a reivindicar a previdência e a filantropia de Fidel Castro e Chávez:

Registre-se também a proposta da Venezuela, única apresentada para enfrentar a pobreza de horizontes do simples “Fora Kadafi”. A iniciativa do Conselho Político da Alba (Aliança Bolivariana para as Américas) de propor a criação de uma “Comissão Internacional Humanitária para a Paz e Integridade da Líbia”, foi a solitária voz no cenário internacional a, simultaneamente, descartar a intervenção militar e repudiar a possibilidade de uma escalada de violência promovida por Kadafi contra seus opositores¹⁹.

Vemos, portanto, que não há qualquer crítica ao apoio prestado a Kadafi por parte de Chávez e Fidel Castro.

O PSOL reivindica pontos que coincidem com o próprio projeto político de negociação encontrado nos “oito pontos programáticos” que o Conselho Nacional de Transição burguês e aliado do imperialismo divulgou, em que se defende a

¹⁹ Marinor Brito, “Expressar o mais duro repúdio ao regime líbio e condenar explicitamente a intervenção militar estrangeira”, em www.psol50.org.br.

construção de uma sociedade “livre e democrática”, sem a menor perspectiva anti-imperialista: “*É esse contrato social que nos deve conduzir a uma sociedade civil que reconhece o pluralismo intelectual e político e permite a transferência pacífica de poder através de instituições legais e urnas eleitorais*”²⁰.

Uma das correntes do PSOL, o MES – organização de Luciana Genro, que utilizou dinheiro da empresa Gerdau para sua campanha eleitoral e que agora monta um projeto educacional em parceria com empresas privadas no sul do país – não encontra barreiras para o seu cretinismo “democrático” e vai mais longe: “*Sendo revoluções democráticas, aqueles que levantam a bandeira do socialismo estão absolutamente descontextualizados. Hoje não há a possibilidade de criar uma alternativa de massas sob esta bandeira*”. Assim, em relação à principal prova que a luta de classes internacional nos coloca hoje, o que vemos é uma continuidade da lógica “ética e parlamentar” que o PSOL defende no plano nacional, marcada por uma estratégia possibilista de se armar não para o necessário, mas simplesmente para o possível. Um maior ceticismo com a única classe revolucionária de nosso tempo, os trabalhadores, não se poderia encontrar.

Já a corrente mandelista internacional SU (Secretariado Unificado) também defende que a onda de processos revolucionários deve combater pelas demandas como a liberdade de expressão, liberdade de imprensa e de organização política e sindical em separado das tarefas democráticas estruturais, a saber: a reforma agrária radical, a unificação e emancipação nacional etc. Mas o mais problemático dessa posição está no tipo de auxílio que os mandelistas reivindicam para o triunfo do processo líbio:

O apoio ao povo líbio e a proteção da população civil significa entregar-lhes os meios para que se defendam contra o massacre perpetrado pelos mercenários de Kadafi, libertando-se assim do jugo do ditador. Os povos árabes e seus exércitos, começando pelos tunisianos e egípcios, podem jogar um papel decisivo nessa ajuda militar²¹.

Dessa forma ajudam a disseminar entre os trabalhadores e as massas as ilusões nos exércitos dos países da região, que cumpriram outrora um papel político importante para a manutenção dos regimes bonapartistas hoje em xeque, e que na primavera árabe, tanto no caso da Tunísia como no caso do Egito, são a encarnação do desvio e da tentativa do esvaziamento do impulso revolucionário popular. Justamente por seu caráter de classe sumamente reacionário, anti-popular e anti-operário, esses exércitos, por fora da ruptura de suas bases com sua alta cúpula, não podem cumprir papel nenhum no avanço das demandas democráticas mais elementares do povo líbio.

Desta maneira esta política atua contra a possibilidade de que a classe trabalhadora e os povos da região possam resgatar as confianças em suas próprias forças.

²⁰ “Todo apoio à resistência do povo líbio! Fora Kadafi! Nenhuma intervenção imperialista!”, em <http://psol50.org.br/blog/2011/03/21/libia-nao-a-troca-de-sangue-por-petroleo>.

²¹ <http://psol50.org.br/blog/2011/03/31/expressar-o-mais-duro-repudio-ao-regime-libio-e-condenar-explicitamente-a-intervencao-militar-estrangeira>

Ter uma política que aporte neste sentido é fundamental, pois apesar de hoje não haverem direções revolucionárias que sejam capazes de levar neste primeiro capítulo dos processos revolucionário a classe trabalhadora e as massas à vitória, ou seja, à derrubada do capitalismo, sua constituição passa por este esforço. Neste sentido, a política do SU aponta justamente ao contrário, pois incute nos trabalhadores e nas massas a falsa idéia de que sua vitória depende do apoio do exército tunisiano ou egípcio, e não que ao contrário disso depende justamente da confiança em suas próprias forças, única que pode levar a que tenham uma política capaz de separar os soldados que honestamente se negaram a reprimir seus povos, do alto mando destes exércitos, que continua colaborando com o imperialismo norte-americano.

Assim, o PSOL e o SU como autênticos filhos dos tempos da restauração burguesa, marcada por três décadas sem revolução e pela substituição da estratégia revolucionária da esquerda pela estratégia parlamentar e de desgaste, demonstra neste terreno sua impotência frente aos novos tempos que se abrem.

A LIT e a primavera árabe: continuidade da deriva estratégica com a “revolução democrática”

O primeiro capítulo da primavera árabe confirmou, ainda que pela negativa, a vigência da teoria da revolução permanente. Nesta, Trotsky formula a dinâmica e o conteúdo da revolução democrática:

Para os países de desenvolvimento burguês atrasado e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a resolução íntegra e efetiva das suas tarefas democráticas e de libertação nacional somente pode ser concebida por meio da ditadura do proletariado, que se coloca à cabeça da nação oprimida e, primeiro de tudo, das suas massas camponesas. (...) Sem a aliança entre o proletariado e os camponeses, as tarefas da revolução democrática não podem ser realizadas; nem sequer podem ser seriamente colocadas. Mas a aliança destas duas classes não poderá realizar-se a não ser através duma luta implacável contra a influência da burguesia liberal nacional. (...) O que significa, por sua vez, que a vitória da revolução democrática só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que se apóia na sua aliança com o campesinato e que, em primeiro lugar, decide das tarefas da revolução democrática. (...) A ditadura do proletariado, que sobe ao poder como força dirigente da revolução democrática, se encontra muito rápida e inevitavelmente colocada perante tarefas que a forçarão a fazer incursões profundas no direito de propriedade burguês. No decurso de seu desenvolvimento, a revolução democrática transforma-se diretamente em revolução socialista e torna-se assim uma revolução permanente²².

Para Trotsky a revolução democrática envolve a resposta às demandas democráticas estruturais, como a divisão da terra, a libertação nacional frente ao imperialismo, às quais liga com a luta pela instauração da Assembleia Constituinte imposta pela mobilização independente das massas em luta. Isso possibilita que a partir da

²² Leon Trotsky, “Tesis de la revolución permanente”, em www.ceip.org.ar.

ação independente das massas, se imponha a democracia mais radicalizada possível, questão que por sua vez, impulsiona a auto-organização dos trabalhadores e coloca como necessidade chave a hegemonia da classe trabalhadora. Afirmamos que isso se demonstrou no Egito pela negativa, pois a ausência de hegemonia operária e de uma direção revolucionária fez com que as mobilizações encontrassem o seu limite na queda de Mubarak, que apesar de ser um passo importante não realizou as tarefas democráticas estruturais, como as descritas acima. Nos demais processos isso também se demonstra verdadeiro.

Porém, a LIT-PSTU demonstrou a insistência em prosseguir na deriva estratégica da substituição do legado trotskista pela teoria morenista da revolução democrática. Esta trajetória foi inaugurada por Nahuel Moreno, fundador da LIT, e tem suas origens no balanço das revoluções do pós II Guerra Mundial. Como discutimos no artigo “Nos Limites da Restauração Burguesa”, as direções da IV Internacional da época, hegemonizada por Mandel e Pablo, cederam às pressões abertas pela situação do pós II Guerra Mundial. Neste artigo publicado nesta revista resgatamos que:

Nos processos nos quais a revolução triunfou se deu a hipótese que Trotsky considerava improvável, de que sob condições excepcionais (guerra, derrota, crack financeiro, ofensiva revolucionária de massas etc.), “partidos pequeno-burgueses, incluindo os stalinistas, podem ir além de sua vontade no caminho da ruptura com a burguesia”, e de fato o fizeram, avançando na expropriação da burguesia (China, Iugoslávia, Vietnã, e um pouco depois do imediato pós-guerra, Cuba etc.) em grande medida como forma de autodefesa, Mao frente a Chiang Kai Shek e Tito frente a Mijailovich, Ho Chi Min e o General Giap frente aos franceses. Por sua vez, nos estados da Europa do Leste, produziram-se as chamadas “revoluções passivas proletárias” em que, através do controle exercido pelo exército vermelho avançou-se na expropriação da burguesia, também como medida de “autodefesa”, estabelecendo uma “zona de amortecimento”. Esses novos Estados operários surgem desde o início como Estados deformados e burocratizados, e, longe de impulsionar o internacionalismo proletário, deram lugar ao surgimento de “stalinismos nacionais”, submetidos a enfrentamentos mútuos (disputas entre RPCH e a URSS, conflito entre China e Vietnã, opressão nacional da URSS sobre os estados do Leste europeu etc).

Como produto desta situação, Mandel dá um giro cada vez mais à direita no embelezamento das direções como o guevarismo, até capitular ao eurocomunismo, enquanto Pablo formula a política de entrismo nos PCs por considerar que a luta agora não se daria mais entre classes, mas entre campos, de um lado o socialista e de outro o capitalista.

Nahuel Moreno, apesar de ter polemizado contra as capitulações ao guevarismo, e ter criticado a orientação de Pablo, não foi capaz de desenvolver as melhores tradições do trotskismo, e impressionado pela ascensão dos regimes nazi-fascistas cunha uma semi-teoria que predica que:

o que Trotsky não apontou, apesar de ter feito paralelo entre o stalinismo e o fascismo, foi que também nos países capitalistas era necessário fazer uma revolução no regime po-

lítico: destruir o fascismo para conquistar as liberdades da democracia burguesa, ainda que fosse no terreno dos regimes políticos da burguesia, do Estado burguês.²³

Valério Arcary do PSTU vai ainda mais longe: chega a caracterizar a insistência de Trotsky em que as tarefas democráticas só podem nos países de capitalismo atrasado ser cumpridas pelas mãos do proletariado de “obreirismo”. Mas longe de ser uma divergência meramente teórica, esta revisão traz imensas conseqüências para a prática política das organizações morenistas. Moreno passa a definir que “*não é mais obrigatório que seja a classe trabalhadora o sujeito revolucionário dirigido por um partido revolucionário marxista*”. Disso conclui que se “*é assim isso muda nossa atitude perante os partidos pequeno-burgueses e oportunistas*”²⁴.

Esta prática política foi marca registrada da organização morenista, que passou a considerar revoluções quaisquer quedas de regimes, desde que com alguma participação das massas. Porém, a realidade demonstrou o contrário disso. Confirmou-se que as conquistas revolucionárias quando não têm a classe trabalhadora como sujeito, e sua vanguarda orientada e organizada em um partido revolucionário, mesmo quando se expropria a burguesia, como se deu nas revoluções do pós II Guerra, este triunfo também termina expropriado, pois desde o primeiro dia se constitui uma burocracia que torna a revolução refém dos limites nacionais. O desenvolvimento destas contradições é o que levou à restauração capitalista chinesa, hoje pilar do capitalismo internacional, e ao processo de tentativa de restauração capitalista em Cuba em curso. Demonstrou também que os processos resultantes da ação das massas de transição dos regimes bonapartistas e fascistas quando levam à instauração de democracias burguesas não são revoluções democráticas triunfantes, mas abortos de revoluções socialistas, insuficientes maduras e desviadas.

Porém, uma coisa era a revisão de Moreno frente às revoluções do II pós-guerra. Apesar de não ser menos equivocada, esta era produto de uma situação em que havia processos revolucionários. Outra coisa foi se negar a fazer um balanço consequente destes erros e seguir defendendo as revisões que lhes são decorrentes durante as décadas de democracia burguesa que marcaram a ofensiva neoliberal, o que não poderia mais que desarmar essa corrente frente às pressões de adaptação ao regime parlamentar e sindical. O primeiro capítulo da primavera árabe é mais uma oportunidade perdida.

Retomemos as posições defendidas em artigo elaborado por Eduardo Almeida:

A primeira lição é que ocorreu uma revolução vitoriosa. A revista Veja, símbolo da direita no Brasil, descreveu a queda de Mubarak como um golpe militar, para esconder o protagonismo das massas populares concentradas ao redor da Praça Tahrir. Não, não foi assim. Aconteceu uma revolução, com os estudantes, os trabalhadores e o povo egípcio derrubando uma ditadura que durava trinta anos e parecia estável há menos de dois meses. (...) A segunda lição é que esta foi uma revolução no terreno do regime burguês, para derrubar uma ditadura. Não foi uma revolução para mudar os fundamentos da

²³ Nahuel Moreno, em *Revoluciones del Siglo XX*, em www.marxists.org.

²⁴ Idem.

sociedade, sua economia. A situação política que se abriu é completamente nova, confirmando a existência de uma revolução.²⁵

É certo que o processo que culminou com a queda de Hosni Mubarak não foi um mero golpe de Estado, mas produto de um processo revolucionário que segue aberto, e uma conquista das massas. Porém, o fato de a classe trabalhadora não ter exercido um papel hegemônico, e não haver uma direção revolucionária, fez com que não tenha sido uma “revolução democrática triunfante”. Para tomar um expoente ativista egípcio, Hossam El-Hamalay²⁶:

Mubarak caiu, mas as estruturas de seu regime permanecem quase intactas. Os generais de Mubarak estão governando no Conselho Militar: o general Tantawi, o chefe do Estado maior, Sami Anan, e outros generais que deveriam ser investigados por corrupção, como os chefes de outras instituições, porque são eles que sustentaram a ditadura durante estes anos. Os militares controlam em torno de 35% de nossa economia, muitas empresas são do Exército. Se controla tanto significa sem dúvida que é parte da máquina corrupta do sistema.

Este raciocínio da LIT é o que subjaz detrás do fato de que as transições à democracia na América Latina durante as décadas de 1970 e 1980 tenham sido caracterizadas como “revoluções democráticas triunfantes, mesmo as pactuadas pelo alto como a brasileira”. Torna-se uma tarefa impossível explicar aos trabalhadores e ao povo pobre destes países como mesmo após tantas “revoluções democráticas triunfantes” as demandas democráticas fundamentais, como o direito à terra, seguem negados e suas condições de vida permanecem ainda marcadas pela carestia dos direitos mais elementares. Retomemos o que diz Trotsky sobre a tese de “revoluções no regime”, quando este responde Pietro Tresso, um dos opositoristas italianos que defendia uma tese parecida à de Moreno para lutar contra Mussolini:

No que diz respeito à revolução antifascista a questão italiana está mais que nunca intimamente ligada aos problemas do comunismo mundial, a saber da teoria da Revolução Permanente. (...) Pode haver muitas etapas (do processo revolucionário). Mas em nenhum caso pode implicar a revolução burguesa ou este misterioso híbrido, a revolução popular. Isso significa que a Itália pode se converter novamente em um estado parlamentar ou em uma “república democrática”? Considero – e creio que nisso coincidimos plenamente – que esta eventualidade não está excluída. Mas não será o fruto de uma revolução burguesa, mas o aborto de uma proletária insuficiente madura e prematura. Se estoura uma profunda crise revolucionária e se dão batalhas de massas no curso das quais a vanguarda proletária não tome o poder, possivelmente a burguesia restaurará o seu domínio sobre as bases democráticas.²⁷

²⁵ Editorial do Jornal Opinião Socialista, número 418, “Lições do Egito”, www.pstu.org.br.

²⁶ “Las estructuras del régimen de Mubarak permanecen casi intactas”, em www.rebellion.org.

²⁷ León Trotsky, “Problemas de la revolución italiana”, Escritos, em www.ceip.org.ar.

Na contramão disso, a LIT-PSTU entende por revolução democrática a conquista das demandas democráticas formais e rebaixadas, como as eleições e as mudanças de regime de ditaduras para democracias. É evidente que se partimos da primeira concepção de revolução democrática, a trotskista, nenhum bloco com a burguesia liberal opositora às ditaduras pode ser alvo de esperanças por parte das massas. Se partimos da segunda, isso não é obrigatório, a burguesia opositora poderia cumprir um papel aliado em um primeiro momento, em que a chave seria a derrubada do regime. É esta a política da LIT-PSTU para o Egito, e nisto reside sua ruptura política e teórica com a TRP. Nas palavras de Eduardo Almeida no mesmo artigo:

A definição do que ocorreu no Egito como uma revolução democrática, não significa que terminou um processo vitorioso. (...) A definição da vitória da revolução democrática serve também para definir o programa. Antes, nosso programa de transição girava ao redor da palavra de ordem “fora Mubarak” (ou abaixo a ditadura). Agora, tem de indicar novas tarefas democráticas, anti-imperialistas e de transição, que surgem com mais força. Essas lutas questionam o capitalismo e o imperialismo, e só a classe operária poderá dar-lhe perspectiva. Por isso, terão que colocar no centro, um governo operário capaz de impor essas reivindicações, apoiado na mobilização das massas.

Em seguida, continua o confucionismo afirmando que

Essa definição de uma revolução democrática vitoriosa (grifos nossos) serve para localizar o momento atual do Egito, segundo a teoria da revolução permanente. Foi cumprida apenas uma tarefa democrática, mas ainda falta todo o resto.

O principal problema das passagens acima, além da tentativa de amálgama entre a teoria da revolução democrática e a de revolução permanente, reside no programa. É evidente que em cada processo revolucionário concreto a concatenação das consignas motoras se dá de acordo com a realidade objetiva e deve considerar o estágio da consciência das massas. Entretanto, na formulação da LIT-PSTU se nota um primeiro momento em que o programa se restringe ao “Fora Mubarak”, e só depois estaria colocada a agitação de consignas anti-imperialistas e de transição. Esta separação foi imprescindível para que a heróica mobilização do povo egípcio tenha, neste primeiro capítulo, sido usurpada pelo governo provisório da junta militar. Não seria ocioso perguntar à LIT-PSTU: se tudo se restringe num primeiro momento ao “Fora Mubarak” então a burguesia liberal opositora à ditadura pode ser um aliado? A alta cúpula do exército pode ser, neste momento, um aliado? Barack Obama, que após dias de apoio a Mubarak, foi obrigado a se pronunciar pela queda do ditador, tornou-se um aliado? Embora a LIT-PSTU não tenha defendido nenhuma destas variantes, estes são os desdobramentos práticos de sua política de separar um primeiro momento de luta pela derrubada do regime por fora de uma estratégia de classe, de um segundo momento de combate por uma política anti-imperialista e de transição.

Seguindo com Moreno, em outra passagem retomada por Eduardo Almeida no mesmo editorial:

Porém, entre essas revoluções, ocorrem progressos, melhoramentos, ou seja, reformas. Como toda definição marxista ou científica, revolução e reforma são termos relativos ao segmento da realidade que estamos estudando (...). Para usá-los corretamente, não devemos esquecer seu caráter relativo. Revolução em relação a quê? Reforma em relação a quê? (...). Se nos referimos à estrutura da sociedade, às classes sociais, a única revolução possível é a expropriação da velha classe dominante pela classe revolucionária (...). Se nos referimos ao Estado, a única revolução possível é que uma classe destrua o Estado da outra; que a expulse e o tome nas mãos, construindo um Estado distinto (...). Sustentamos que a mesma lei se aplica em relação aos regimes políticos.

Isso demonstra como a dinâmica legada pela TRP é rompida na visão de Moreno, e dá lugar a uma percepção semi-etapista da dinâmica revolucionária. Dizemos semi-etapista para diferenciar do etapismo clássico do qual foram expoentes os mencheviques no interior da social-democracia russa. Estes defendiam que fruto do atraso russo seria necessário toda uma etapa de dominação da burguesia após a revolução burguesa, para só então se colocar a questão do socialismo. Isso lançou as bases da teoria dos países maduros e não maduros para o socialismo, que foi completamente desmascarada pela revolução russa, e depois pela chinesa, cubana, e todas as revoluções dos países semicoloniais de capitalismo atrasado. Moreno não defende que seja necessário uma etapa deste tipo. Isso constituiria uma ruptura ainda superior com o núcleo do legado trotskista. Mas a sua revisão da importância do sujeito, da direção de um partido marxista, e sua supervalorização da democracia burguesa fazem com que não veja, por exemplo, que as “reformas” entre as revoluções podem constituir-se, e na maioria dos casos assim foi, não como “melhoramentos”, mas como desvios. Como coloca Trotsky em *Aonde Vai a França: “Friedrich Engels escreveu um dia que o Estado, inclusive a República democrática consiste em grupos armados para a defesa da propriedade; todo o resto não tem outra função que a de embelezar ou mascarar este fato”*. Trata-se, portanto, agora de pensar sobre as vias para a derrubada deste Estado, e nada menos que isso.

Mais um capítulo da trajetória objetivista da LIT: as “revoluções socialistas inconscientes”

A questão do desenvolvimento da consciência revolucionária dos trabalhadores e das massas é uma das mais difíceis e estratégicas para os marxistas. Difícil, ainda, num momento histórico como o que vivemos, marcado por um lado por uma grande crise capitalista internacional, que, todavia, ainda é marcado pelos primeiros passos da recomposição da subjetividade revolucionária da classe trabalhadora e das massas. Assim, se este primeiro ensaio revolucionário aberto com a primavera árabe está seguramente forjando uma nova vanguarda, se mostra ainda mais urgente a necessidade de que os revolucionários busquem aportar para que os trabalhadores e as massas extraiam as lições estratégicas em chave revolucionária. Este segue sendo o mais importante limite da primavera árabe. Como assinala Trotsky:

“a consciência da sociedade está sempre atrasada em relação às condições objetivas de seu desenvolvimento, e isto vemos refletido em escala gigantesca no destino do proletariado”.

Entretanto, para responder à questão do desacordo de tempos, marcado ainda pela distância existente entre as condições objetivas e subjetivas para a revolução socialista, a LIT-PSTU cunhou uma solução mágica, proveniente de seus truques objetivistas. É uma pena, porém, que a magia nada tenha a ver com o marxismo. Que em verdade sejam opostos. A tarefa de reconstituir a estratégia revolucionária à luz dos balanços dos processos vivos, que implica em uma crítica marxista de todos os elementos contraditórios, é magicamente substituída pela seguinte definição:

Afirmamos que no mundo árabe se desenvolve uma “revolução socialista inconsciente” que, na luta pela democracia e pela libertação nacional, deve avançar necessariamente na luta pelo socialismo. É socialista pelos inimigos que enfrenta (o imperialismo, Israel e as burguesias nacionais); porque as tarefas que deve levar adiante só podem ser resolvidas de fundo derrotando o imperialismo e o capitalismo, e finalmente, porque seus protagonistas, os únicos cuja luta pode levar até o final, são os trabalhadores e o povo²⁸.

Esta citação encerrada em si mesma, poderia não despertar maior espanto. Afinal, nós também concordamos que as tarefas que se colocam para as revoluções de nosso tempo são socialistas. Isto está na raiz da definição de Lênin de que estamos imersos em uma época imperialista, e, portanto, de crises, guerras e revoluções, definição que após algumas décadas de calmaria na luta de classes demonstra sua atualidade mediante a crise capitalista internacional. Entretanto, o ecletismo da LIT-PSTU com a definição de “revolução socialista inconsciente” lança por terra estes elementos que em outro contexto são corretos. O problema, que a citação acima reacende, é que a definição de que estaríamos diante de “revolução socialista inconsciente” é uma expressão de toda uma visão objetivista da revolução.

O curso da revolução socialista nada tem a ver com o das revoluções burguesas, que puderam ser efetivadas mediante certo grau de inconsciência, já que os fundamentos econômicos capitalistas modernos se efetuaram antes mesmo da revolução francesa de 1789 e da ascensão política da burguesia como classe dominante sobre os escombros da monarquia absolutista²⁹. A revolução socialista por sua vez almeja à planificação da economia em favor da classe trabalhadora, e isso exige um grau pleno de consciência. Tanto é assim, que Marx já em 1852 assinalava o impacto desta diferença:

As revoluções burguesas se precipitam rapidamente de êxito em êxito, seus efeitos dramáticos se superam, homens e coisas estão como iluminadas por um fogo de diamantes, o entusiasmo extasiante é o estado permanente da sociedade, mas são todas de curta duração. (...) Pelo contrário, as revoluções proletárias se criticam constantemente, interrompem a cada instante sua própria marcha, voltam sobre o que parece ter sido realizado para começar de novo, ridicularizam sem piedade as torpezas, as debilidades e as misérias de suas primeiras tentativas, parece que não derrubam o adversário senão

²⁸ LIT-QI: “A luta operária, internacional e socialista é mais atual que nunca” em www.pstu.org.br.

²⁹ Citação de “Nos Limites da Restauração Burguesa”, nesta edição.

para dar-lhe ocasião de recuperar forças e colocar-se novamente formidável frente a ela; retrocedem sem cessar, abrumadas pela imensidade indeterminada de seus próprios fins até o momento em que, finalmente, é criada a situação que torna impossível todo o retrocesso e as próprias circunstâncias lhes gritam com voz imperiosa: *Hic Rhodus, hic salta!*³⁰.

O tortuoso desenvolvimento da revolução socialista atende ao igualmente tortuoso processo da tomada de consciência por parte da classe trabalhadora e das massas. Neste sentido, Trotsky assinalava que

A revolução é impossível sem a participação das massas em grande escala. Esta participação se torna possível, por sua vez, somente se as massas oprimidas ligam sua esperança de um futuro melhor à idéia da revolução. Nesse sentido as esperanças desencadeadas pela revolução são sempre exageradas. Isso por conta da mecânica de classes, a terrível penúria da esmagadora maioria das massas, a objetiva necessidade de concentrar a maior esperança e esforço com o fim de assegurar o mais modesto progresso, e assim sucessivamente³¹.

Em outras palavras, se é a própria força dos acontecimentos, da penúria de suas condições de vida, que empurra as amplas massas a se lançarem no sentido da revolução socialista, esta não ocorre sem que aquelas assumam elevadas aspirações, o que termina forjando uma consciência no calor do processo revolucionário que almeja inclusive mais do que se pode conquistar, e não menos, como pressupõe o conceito posto pela LIT de “revolução socialista inconsciente”. Como diz Trotsky: “*A relação política de forças está determinada não somente pelos dados objetivos (papel na produção, número etc), mas também pelos subjetivos: a consciência da própria força é o elemento mais importante da força real*”³².

Neste sentido é que ao se colocar pela própria força do desenvolvimento histórico, a necessidade aguda, profunda, e imposterável de efetuar uma transformação da estrutura social que o fator subjetivo, do qual a consciência das massas é parte, pode se revolucionar e se colocar em sintonia com as necessidades históricas, ou seja, a revolução socialista. Trotsky segue: “*É necessário que esta classe – e aqui passamos às condições subjetivas – possua uma clara compreensão da situação e que conscientemente deseje esta transformação*”. Disso deriva justamente a importância, por um lado da existência dos organismos de auto-determinação dos trabalhadores e das massas, os sovietes, como verdadeiros órgãos de poder do proletariado, através dos quais estes tomam consciência de suas próprias forças ao gerir não só os rumos da luta contra a burguesia, mas ao colocar a própria produção em favor desta mesma luta, como se demonstrou na revolução russa, e em tantas outras, em que a existência de organismos deste tipo foi chave para que a classe trabalhadora tenha avançado em chave revolucionária. É nestes organismos que a classe trabalhadora realiza a mais ampla experiência com todas as tendências existentes no movimento

³⁰ Karl Marx, *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, em www.marxists.org.

³¹ Leon Trotsky, “Teses sobre la revolucion e contra-revolucion – *Teoria da Revolução Permanente*” em www.ceip.org.ar.

³² Leon Trotsky, *Stalin, el gran organizador de derrotas* – pg 115, El Yunque Editora.

operário, é o grande tabuleiro em que as distintas estratégias se colocam. E isso faz com que inclusive quando se formem os soviets, estes se não contam com a intervenção decidida de um partido revolucionário, que é a expressão dos setores mais conscientes da classe, tampouco podem levar a classe trabalhadora à tomada do poder. Só assim é possível superar a dinâmica de “revoluções quaisquer, com direções quaisquer”, que se mostraram incapazes de recolocar a classe trabalhadora e os marxistas revolucionários na ofensiva.

Resta, portanto, analisar porque então a LIT-PSTU segue falando de “revoluções socialistas inconscientes”, e quais as conseqüências teóricas, políticas e práticas que esta ruptura da dialética entre classe, partido e direção traz. Este raciocínio é parte da concepção histórica do legado de Nahuel Moreno, e que integra a visão profundamente objetivista desta organização. Resgatemos então as palavras de seu fundador, em uma discussão sobre a questão do sujeito histórico com Andre Gunder Frank. Moreno diz: “*Um fator muito difícil do processo é a mentalidade da classe operária, é o mais duro, o mais difícil de mudar. Mas isso não quer dizer que a classe operária não lute, e esta dialética encerra uma contradição entre o que faz e o que pensa*”³³. Em geral, esta afirmação de Moreno não encerra grandes problemas. Porém, ele segue:

Por exemplo, durante a guerra da Coréia a famosa greve dos trabalhadores da alfândega deixou o presidente Truman louco. Eram do setor mais atrasado do proletariado ianque. Foi um fator importante na semi-crise que houve. Foram duas greves que enlouqueceram Truman na guerra e os mineiros tinham pelo menos grande consciência sindical. Já os trabalhadores da alfândega tinham uma consciência sindical muito atrasada, mas saíram pelo problema econômico e não retrocederam. De fato estavam fazendo uma greve revolucionária, ainda que o único que queriam era o aumento de salários. Era um processo objetivamente revolucionário. Subjetivo não, porque seguiam pensando que o sistema de vida norte-americano era formidável, e faziam sua greve para ajustar-se ao sistema de vida norte-americano. Esta contradição se dá.³⁴

O seu objetivismo faz com que Moreno não assinala que dependendo do grau de contradição entre o que a classe trabalhadora *pensa e faz* a perspectiva de que esta tome uma posição revolucionária se bloqueia. Por outro lado, a definição do caráter revolucionário de um setor em luta ou de um processo que exclua os elementos subjetivos é equivocada. Moreno justifica este erro afirmando que o que determinaria o caráter revolucionário seriam “os inimigos que enfrentam” os setores “inconscientemente revolucionários” - *o imperialismo, Israel e as burguesias nacionais* no caso da primavera árabe – o imperialismo norte-americano chefiado por Truman, no caso citado acima, sem importar o programa, se há um nível de consciência em que se coloca a questão do socialismo, ou se há direção revolucionária. Com um raciocínio análogo, um dos argumentos utilizados pela LIT-PSTU em nosso país para apoiar as greves dos aparatos repressores como a polícia e recentemente os bombeiros, posição absolutamente inadmissível para os revolucio-

³³ Nahuel Moreno, “Sobre los sujetos históricos”, em www.nahuelmoreno.org.

³⁴ Idem.

nários, é justamente que estas “desorganizariam o aparato estatal da burguesia”, e se enfrentam com o governo. Novamente, o que determina são os inimigos, e os efeitos objetivos. Não importa qual setor está lutando, nem com qual programa, que no caso concreto da polícia só pode ser reacionário.

A teoria da revolução de Nahuel Moreno, portanto, deforma uma caracterização correta – a de que na época de dominação imperialista as revoluções têm um caráter anticapitalista – dando-lhe o conteúdo de que isso significaria serem “automaticamente socialistas”. Há muitos anos a nossa organização internacional, a FT-QI, realizou uma crítica a esta concepção que resgatamos aqui porque se mantém completamente vigente:

A imagem usada por Moreno para explicar sua teoria é muito didática. Moreno compara a revolução com um trem que avança “objetivamente” em direção à revolução socialista, só que para em estações distintas. Se para na estação “democracia burguesa” é uma “revolução democrática” para conseguir liberdades políticas e ainda que seja “no marco do Estado burguês” é “parte” da via ao socialismo ou “um primeiro passo em direção à revolução socialista”. Inclusive, pela força dos fatores objetivos, o trem é capaz de chegar até a “estação expropriação da burguesia”, a “iniciar a revolução socialista” no terreno nacional, não importando quem seja o maquinista”. Os trotskistas segundo Moreno são os que tem que conduzir o trem para que não pare e chegue à estação “democracia operária” e “extensão da revolução mundial” enquanto que nas estações anteriores o trem pode ser conduzido por outros “maquinistas” burgueses ou reformistas. (...) Para Moreno desde sua ótica objetivista, toda luta das massas, todo triunfo parcial e como tal contraditório se constitui como um triunfo e nada mais³⁵.

Esta deformação levou a conseqüências catastróficas para a estratégia da LIT-QI, ao somar-se à apreciação de Moreno mediante as revoluções da segunda metade do século XX de que *“não é obrigatório que seja a classe operária e o partido marxista revolucionário que dirija o processo da revolução democrática à socialista”*, e se isso for assim, *“é preciso mudar toda nossa postura diante dos partidos oportunistas e pequeno-burgueses”*. Esta deriva estratégia mostrou-se presente frente ao primeiro capítulo da primavera árabe, e foi responsável pela incapacidade da LIT-PSTU de estar à altura dos acontecimentos.

É certo que os levantes das massas no Oriente Médio e no Magreb golpeiam os interesses de Obama no Oriente Médio e do Estado sionista de Israel. Ao se levantarem as massas árabes recolocam no tabuleiro todo o mapa geopolítico da dominação imperialista. Porém, isso não faz com que este processo seja “inconscientemente socialista” já que em nenhum país palco dos levantes as massas e os setores em luta até hoje se pronunciaram pela destruição do Estado burguês, e pelo socialismo. Esta é a tarefa pendente que está posta. Seria um salto de qualidade estratégico se durante o primeiro capítulo da primavera árabe paralelo à queda de Mubarak, de Saleh, de Assad, as massas árabes levantassem conscientemente a extinção do Estado sionista de Israel, e a ruptura com o imperialismo. Isso abriria

³⁵ Emilio Albamonte e Fredy Lizarraque, “La estrategia sovietica en la lucha por la republica obrera”, em www.ft-ci.org.

passo a uma verdadeira revolução democrática, que só pelas as mãos da classe trabalhadora poderia triunfar conquistar. E que poderia abrir caminho verdadeiramente à revolução socialista.

O ecletismo da LIT sobre a Líbia: independência de classe ou exigência à OTAN?

Frente à intervenção imperialista na Líbia a LIT tem uma política para cada público. As declarações que publicaram em seu site levantam em geral políticas corretas, como a denúncia do caráter burguês da CNT e a necessidade de romper com esta direção, a denúncia do caráter assassino da intervenção da OTAN, e o chamado a impulsionar uma ampla campanha pela retirada das tropas imperialistas. Também conclama os povos árabes a apoiar esta política na Líbia. Questões que todos concordamos.

Entretanto, ao contrário de levantar esta posição inequivocamente, exigência posta pelos momentos de enfrentamentos mais álgidos da luta de classes, vemos um artigo com outra posição, publicado em 03 de maio de 2011 e assinado por Ángel Luis Parras dirigente do ex-PRT, atual Corriente Roja, organização do Estado Espanhol composta por setores inclusive vindos do stalinismo em meio à qual a seção da LIT recentemente anunciou que se diluía. Neste artigo o dirigente da agora Corriente Roja defende uma política distinta da levantada pela LIT, que traz uma série de equívocos. Não há nenhum problema em que dentro de uma organização haja um debate público sobre qual a política mais justa. Isso é uma prática saudável entre os revolucionários. Porém, é um problema que haja posições tão díspares numa mesma organização que convivam lado a lado pacificamente. No artigo assinado por Parras:

Temos que impulsionar um movimento contra a guerra que diga “OTAN Não, Fora Kadafi”, que grite como foi feito em Madrid “Não à intervenção, sim à revolução”. Temos que levar esse debate às empresas, aos sindicatos e especialmente aos trabalhadores/as árabes imigrantes, para explicar pacientemente que apoiar os trabalhadores/as e o povo líbio para que acabem com Kadafi exige que nos oponhamos à intervenção da OTAN e exijamos armas para os insurgentes, como afirma a declaração da Corriente Roja. (...)Seguramente que mais de um “anti-imperialista” gritará aos céus: pedem armas aos governos imperialistas! Falta mais alguma prova da capitulação ao imperialismo³⁶?

Retomemos a citação de Lênin posta no artigo da LIT na qual o dirigente bolchevique, resgatando Clausewitz desenvolve a célebre definição de que a guerra é a continuação da política por outros meios, completando que a via para “*explicar a guerra relacionando-a com a política precedente deste ou daquele Estado, desse ou daquele sistema de Estados, destas ou daquelas classes*” é a chave para determinar o seu

³⁶ Ángel Luis Parras, “Apoio ao povo líbio para derrotar Kadafi! Não à intervenção da OTAN!”, www.litci.org.

real caráter, que na maioria dos casos entra em franca contradição com os motivos declarados à opinião pública por parte das forças beligerantes. No caso da Líbia o precedente é o fato de que o grande inimigo da coalizão imperialista da OTAN é a primavera árabe, e o impulso que esta poderia tomar mediante uma derrubada de Kadafi pelas mãos do povo. Portanto, esta perspectiva será evitada a todo custo.

Enquanto este artigo é elaborado, veicula-se a notícia de que a França, que desde o início foi o imperialismo mais decidido a atacar a Líbia, anunciara que armaria os rebeldes. De acordo com o jornal francês *Le Fígaro* de 29/06 “*a França decidiu ajudar a criar uma nova frente de guerra, espoliada pelo bloqueio militar que vive o conflito da Líbia há meses (...) Por isso há semanas estão fornecendo às tribos berberes das montanhas que são opostas a Kadafi metralhadoras, fuzis e mísseis.*”

Em primeiro lugar, é sabido que muitas das tribos líbias são dominadas por setores burgueses que compõem a cúpula da CNT, e que muito provavelmente este armamento está sendo provido justamente aos setores mais adaptados. Assim, mesmo que a OTAN arme a resistência, é para tentar transformá-la em um braço de sua própria intervenção, institucionalizando-a e tornando parte de sua política reacionária em toda a linha. Em segundo, é impossível crer que esta política de Sarkozy, que sustentou o ditador da Tunísia, Ben Ali até o último momento, e recentemente fechou suas fronteiras aos imigrantes tunisianos que tentavam entrar na França de trem, possa se dar sem consequências nefastas para os rebeldes líbios. Como uma política aliada nas aparências, Sarkozy busca ampliar sua influência sobre a região e pactuar com a servil burguesia local os laços de vassalagem destes com o imperialismo francês. É preciso não buscar atalhos e encarar a tarefa de dizer claramente que a queda de Kadafi, se for resultado de um combate da resistência munida de uma política independente, se dará como uma queda revolucionária. Se for obtida pela ação da OTAN os resultados serão muito contraditórios, podendo levar à ampliação da autoridade dos imperialismos sobre a região.

Mas a questão mais importante é que o erro estratégico que reside por trás desta exigência é dar à questão do armamento uma importância independente muito superior à que tem de fato, pois a questão determinante posta na Líbia hoje é política. Se a resistência será capaz de romper com a direção entreguista da CNT, esta é chave de como o conflito se resolverá. Esta discussão é importante porque abre uma reflexão acerca de como preparar o armamento do proletariado. Em nosso país, o PSTU levantou recentemente uma posição análoga, ao defender que seu apoio à greve das forças repressivas visaria romper o exército e a polícia para armar o proletariado.

Este erro, de supervalorizar a importância do fornecimento de armas no calor da guerra civil, em detrimento de encarar e dar a devida centralidade à natureza política e das contradições derivantes desta no processo em curso, já foi combatida por Trotsky por ocasião da revolução espanhola e depois, com a situação francesa prévia à ascensão da Frente Popular de Leon Blum em 1936. Nos dois momentos, Trotsky demonstrou como a questão do armamento é facilmente resolvida quando o proletariado decide se armar. Mas para isso sua consciência política deve sentir-se livre das ilusões nas direções burguesas, e das exigências aos “apoiadores internacionais”, sobretudo os imperialistas, como a OTAN. Trotsky assinala em *Aonde vai a França*:

Mas de onde tirar as armas para todo o proletariado? Objetam novamente os céticos, que tomam sua inconsistência interior por uma impossibilidade objetiva. Esquecem que a mesma questão se colocou em todas as revoluções ao longo da história. E apesar de tudo revoluções triunfantes marcam etapas importantes no desenvolvimento da humanidade. O proletariado produz, transporta-as, constrói os arsenais em que são depositadas, defende estes arsenais contra si mesmo, serve no exército e cria todo o equipamento do último. Não são fechaduras nem muros que separam as armas do proletariado, mas o hábito da submissão, da hipnose, e da dominação de classe. Basta destruir esses muros psicológicos e nenhum muro de pedra resistirá. Basta que o proletariado queira armas e as encontrará.

A lógica de Trotsky aponta como o problema do armamento nunca é resolvido por fora da política para a guerra civil mediante o avanço revolucionário dos trabalhadores. O armamento da resistência líbia deve se dar, portanto, de maneira independente da direção da CNT e dos imperialismos que compõem a OTAN, através da unidade da luta líbia com a dos demais povos árabes que se sublevaram, e que se encontram em países onde a indústria bélica é mais avançada, e permitiria a partir do controle da produção pelos trabalhadores o fornecimento de armas. Seguimos retomando Trotsky em *Lições da Espanha*:

Os socialistas e anarquistas que tentam justificar sua capitulação ante Stalin pela necessidade de pagar as armas a Moscou, em base ao abandono de toda a consciência, (...) mentem, e o fazem estupidamente. (...) O mundo não se reduz à Moscou de Stalin. Em um ano e meio de guerra civil se poderia ter feito a indústria de guerra espanhola avançar, adaptando uma série de fábricas civis às necessidades da guerra. Se este trabalho não foi levada a cabo se deve unicamente que as iniciativas das organizações operárias foram atacadas tanto por Stalin, como pelos seus aliados espanhóis. Uma potente indústria de guerra seria uma poderosa arma nas mãos dos operários. Mas os chefes da Frente Popular preferem depender de Moscou(...) Mas que haveria acontecido se Moscou, devido à falta da Frente Popular tivesse se negado a entregar as armas? E o que haveria acontecido depois – respondemos – se a União Soviética não tivesse nunca existido? Até agora as revoluções não venceram graças a protetores estrangeiros que lhes proporcionaram armas. Geralmente os protetores estrangeiros estavam do lado da contra-revolução. (...) As revoluções foram vitoriosas acima de tudo por conta de um programa socialista que deu às massas a possibilidade de se apoderar das armas que se encontram em seu território e de dispersar o exército inimigo. (...) Se frente aos operários e camponeses armados, isto é, à frente da Espanha republicana houvesse revolucionários em vez de covardes agentes da burguesia, o problema do armamento não teria tido um papel tão grande. Não eram armas nem “gênios militares” que faltavam em Madri ou Barcelona, mas um partido revolucionário³⁷.

Nisso reside mais uma mostra da necessidade de lutar politicamente contra a direção da CNT, que no caso particular da Líbia, foi responsável por debilitar a classe operária líbia, de maioria estrangeira. Como assinalou Gerard Filoche no site Rebelión:

o primeiro resultado da chegada dos novos dirigentes políticos do Leste Líbio foi afugentar 130 mil trabalhadores imigrantes para o Egito e também 154 mil para a Tunísia, que se sentiram ameaçados, por certo pelo exército de Kadafi, mas também em grande parte por eles...

Portanto, dizer claramente que o combate pelo armamento deve se dar contra a OTAN e a direção da CNT, pois envolve a retomada – e recriação – dos métodos históricos e revolucionários da classe trabalhadora, assinalando que só assim é possível combater de fato Kadafi, é a grande tarefa posta para os revolucionários. E isso nada tem a ver com exigir armas da OTAN para a CNT. Portanto, tornamos nossas as palavras de Trotsky quando retoma Clausewitz:

Citando Clausewitz, dissemos que a guerra civil é a continuidade da política por outros meios. Isso significa: o resultado da guerra civil depende 1/4, para não dizer 1/10, da marcha da própria guerra civil, de seus meios técnicos, da direção meramente militar, e os 3/4 restantes, senão 9/10, da preparação política³⁸.

Assim, a questão é qual o diálogo que propõe a melhor preparação política: agitar a necessidade de que a resistência se liberte da influência da CNT e da OTAN, ou exigir armas ao segundo, e não agitar independência do primeiro? Assim, tampouco se pode lutar conseqüentemente contra Kadafi...

Entretanto, os problemas deste artigo de Perras seguem. Como argumento “de força” para mostrar que a sua política de exigência à OTAN é “principista”, afirmam:

Será preciso recordar-lhes, entre outros, que Ho Chi Min e o Vietnã pediram e receberam armamento do imperialismo norte-americano na sua luta contra os imperialismos francês e japonês e, que saibamos, ninguém os acusou por isso de pró-imperialistas. Os partisans italianos e franceses na II Guerra Mundial exigiram mais de uma vez armamento aos exércitos norte-americano e britânico sem que ninguém os acusasse por isso de pró-imperialistas saxões. E não foi uma das grandes reivindicações da República em 1936 o pedido de ajuda militar às potências imperialistas, os chamados aliados? Não foi sempre um motivo de denúncia o miserável embargo de armas que o governo Blum fez à República e a recusa dos aliados em enviar essas armas? Em todos os casos citados, pedir armas é uma exigência básica, o direito dos povos de se defenderem dos tiranos; é, além disso, uma forma direta de desmascarar a demagogia imperialista. Os que falam em defender o povo líbio, por que lhe negam o direito a defender-se? Mas é, sobretudo, a demonstração clara e sincera de que queremos a vitória do povo líbio frente a Kadafi.

Não é um mero detalhe que esta reivindicação de fornecimento de armas por parte de Blum à resistência espanhola tenha sido feita em meio a um processo revolucionário que perpassava as próprias terras francesas, em que a classe trabalhadora realizava uma onda de greves com ocupações de fábrica. Não é um mero detalhe os efeitos que esta reivindicação tinha como demonstrativo frente aos trabalhadores

³⁸ Leon Trotsky, *Aonde vai a França?* – pg. 52. Ed. Desafio.

franceses, e espanhóis, do real caráter da frente popular que, no entanto, mantinha uma relação muito mais carnal com as organizações do movimento operário que Obama e Sarkozy. E tampouco é um mero detalhe que Trotsky nunca tenha descolado a questão do armamento com toda a política de combate à Frente Popular, e às direções que anularam ou traíram a vontade revolucionária das massas na Espanha e no Estado Espanhol, inclusive em relação à necessidade do proletariado buscar armas por suas próprias vias, como demonstramos acima. O que isso tem a ver com exigir armas da OTAN em nossos dias?

Porém, para um dirigente de uma organização que se propõe a ser trotskista tomar como exemplo Ho Chi Min é um sinal inequívoco de que as coisas vão mal. Esta reivindicação é escandalosa. Em primeiro lugar, Ho Chi Min demonstrou-se como uma versão vietnamita do stalinismo, e isso efetivamente impactou o seu “antiimperialismo”. É público e notório que a política de Ho Chi Min foi avalizar a frente-popular como linha dos PCs em 1935, se colocando contrário à política levantada pelos trotskistas, organizadas na Oposição de Esquerda e pelo seu principal dirigente Ta Thu Thao, um importantíssimo dirigente de massas do país, desde 1933. Ao contrário do PC da Indochina, os trotskistas sempre lutaram pela libertação nacional e se apoiaram na classe trabalhadora, que protagonizava o imenso combate anticolonial que tinha em Saigon seu epicentro. Quanto a Ho Chi Min este não só “recebeu armamento do imperialismo norte-americano” contra os franceses. Frente ao vazio de poder ocorrido na Indochina em 1945 após a derrota do Japão, que fez com que os trabalhadores e as massas, com forte presença dos trotskistas se sublevassem, a organização de Ho Chi Min, o Vietminh fiel à política do imperialismo democrático chamou as tropas inglesas e francesas de volta ao país para esmagar o levante! O resto da história é sabido: os trotskistas se rebelaram e apoiando-se em centenas de comitês populares resistiram heroicamente à ofensiva imperialista, e só foram derrotados graças ao assassinato e perseguições aos trotskistas que o Vietminh de Ho Chi Min protagonizou, e que cruelmente culminou com o assassinato de Ta Thu Tao. Algum trotskista pode se apoiar no “exemplo anti-imperialista” de Ho Chi Min?

Até onde as dirigentes da LIT como Perras podem ir em nome dos seus interesses imediatos, como sua diluição recente na Corriente Roja, que todos sabem ser composta por setores stalinistas, que aliás acabam de romper por se negarem a deixar de defender Kadafi na Líbia? Ao não fazer um balanço revolucionário de sua tradição e insistir nos problemas legados por Nahuel Moreno, abre-se a perspectiva de que frente aos novos desafios ao invés de se recompor, a LIT siga aprofundando sua deriva estratégica. A flexibilidade com que reivindicam os métodos de atuação de Ho Chi Minh é uma decorrência das apreciações de Nahuel Moreno, por exemplo, sobre o maoísmo, quando o fundador da LIT dizia que este poderia “ser avaliado de distintos pontos de vista”, mas que um dos

colossais aportes que fez ao programa da revolução permanente foi sua teoria político-social-militar da guerra de guerrilhas (...). Podemos dizer que a teoria maoísta é um enriquecimento da enorme importância do Programa de Transição do trotskismo³⁹.

³⁹ Nahuel Moreno e Mandel, *China X Vietnã*, em Ed. Versus.

Entretanto, hoje é mais sabido que nunca como a estratégia maoísta foi incapaz de abrir a perspectiva de que a China pudesse cumprir para o movimento operário internacional o papel da Rússia revolucionária de seu tempo, e que a própria restauração capitalista em que amplas massas chinesas entendem como uma possibilidade de “enriquecimento” é uma prova dos problemas estruturais trazidos para a planificação chinesa pelo maoísmo. Fazer uma colcha de retalhos entre estas estratégias que se chocam em aspectos fundamentais na esperança de não ser “dogmáticos” em nada contribui para que os revolucionários possam em nossos dias reconstituir a teoria e a prática revolucionária capaz de recompor o marxismo e colocá-lo à altura dos acontecimentos que virão.

O ACELERAMENTO DA LUTA DE CLASSES INTERNACIONAL EXIGE PREPARAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS

Concluimos que este primeiro capítulo da primavera árabe anuncia novos tempos na luta de classes internacional. Isso merece uma reavaliação crítica sobre as tarefas postas para as organizações de esquerda, e como estas vêm se preparando para encarar esta nova etapa. A etapa de retrocesso da luta de classes marcada pela restauração burguesa se esvai, e abre espaço para o protagonismo do movimento de massas, não apenas no Oriente Médio, como agora também em diversos países da Europa. Como produto da imensa crise capitalista internacional a União Européia impõe duros golpes aos trabalhadores e aos seus povos, e alimenta a xenofobia. As burguesias imperialistas européias que alardearam o “fim das fronteiras nacionais” agora são as primeiras a despejar a culpa da crise que criaram nas costas dos trabalhadores e dos imigrantes, e anunciar a retomada do fechamento das fronteiras. Enquanto isso, novos pacotes de ataques são negociados pelos governos para atacar os trabalhadores e o povo de países que se encontram em piores condições econômicas, como é o caso da Grécia. Como resposta a esta situação, a juventude do Estado Espanhol e da Grécia se levantaram denunciando a falsa democracia existente na Europa, que privilegia apenas os interesses dos ricos. Abre-se também um importante debate estratégico sobre como responder a estes ataques, e se faz sentir a falência de todas as orientações pacifistas e autonomistas, que isolam os setores combativos. Estas estratégias já mostram, mesmo nestes momentos iniciais, sua impotência para responder a uma situação em que se concretiza a reatualização da definição de Lênin de que estamos numa época de crises, guerras e revoluções.

Esta caracterização esboçada no início do século passado pelo dirigente bolchevique foi questionada por setores da esquerda, que produto dos últimos 30 anos sem revolução definiram que as tarefas preparatórias para o ascenso do proletariado não estariam mais no centro de cena, revisando o coração do programa revolucionário: o combate pela ditadura do proletariado. A principal organização internacional que realizou esta revisão foi o Secretariado Unificado. As correntes que compõem o SU lançaram a política de conformar partidos amplos, unificando

reformistas e revolucionários sem uma estratégia de classe, e realizaram uma revisão não só teórica, mas programática. O NPA francês, principal expoente deste tipo de partido, está sofrendo as mazelas de sua orientação estratégica. Não só não está conseguindo ocupar o espaço eleitoral que pretendia, como perdeu sua principal figura, Olivier Besancenot. Ao contrário de ser mais democrático ao abrigar tendências dos mais variados tipos, o que se vê é o forcejo cada vez mais à direita. Seu último Congresso demonstrou como a tentativa de unificar revolucionários e reformistas só pode levar a mais divisões, pois se trata de estratégias opostas, impossíveis de se complementarem, sobretudo quando irrompe uma grande crise como a que temos hoje. O NPA esteve a reboque dos sindicatos franceses que na luta contra a reforma da previdência em 2010 foram uma trava para que esta se desenvolvesse em base a comitês operários, e impusesse uma derrota a Sarkozy. E, frente à emergência de um novo movimento de massas, como são os “indignados”, muito provavelmente será incapaz de oferecer uma saída estratégica quando este se fizer sentir na França, já que tende a capitular aos preconceitos pacifistas e autonomistas. O abandono da luta pela ditadura do proletariado destas organizações, mais cedo que tarde, demonstrará a sua impotência.

Por outro lado, temos organizações como a LIT, que seguem defendendo a luta pela ditadura do proletariado, e está longe do grau de revisão alcançado pelo SU. Porém, como discutimos acima, a LIT mesmo defendendo uma série de questões de princípio no programa, leva adiante uma prática política em que suas táticas não refletem a concretização da estratégia de tomada do poder pelo proletariado, e ainda seguem insistindo na revisão teórica efetuada por Nahuel Moreno com a teoria da revolução democrática e o objetivismo que desta deriva. Em nosso país, onde está o PSTU, principal organização desta corrente, recentemente abrimos um debate sobre a política de apoio às greves das forças repressivas estatais – policiais, bombeiros, guarda civil etc – que esta organização levanta sob o falso argumento de que seria uma política alçada à condição de estratégia para dividir as forças armadas, que é uma aplicação de uma lógica análoga a de Ángel Perras criticada neste artigo.

O que vivemos hoje é uma transição entre a etapa da restauração burguesa, e um novo momento da luta de classes. Entretanto, como mostra este primeiro capítulo da primavera árabe e os movimentos dos “indignados” europeus, a direção revolucionária segue ausente, e todas as questões de estratégia e tática estão postas no debate. Isso faz com que as tarefas que estão colocadas hoje para os revolucionários sejam, portanto, preparatórias para o momento que se avizinha de maior recrudescimento da luta de classes. É o momento de tirar lições, corrigir erros, e avançar na recomposição teórica, programática e prática, sob pena de estar a reboque dos acontecimentos como aconteceu inúmeras vezes na história do século XX. Na revolução espanhola a ausência de uma direção revolucionária e de uma estratégia consciente, que levasse os operários ao poder, cavou a derrota que abriu caminho para a II Guerra Mundial. Não cremos que desafios menores que estes estarão colocados. E uma das lições legadas por Trotsky ao analisar a revolução espanhola foi justamente a de que se uma direção que se propõe revo-

lucionária não se prepara nos momentos anteriores aos embates entre revolução e contra-revolução, dificilmente se colocará à altura no calor do enfrentamento. Portanto, é útil restaurar o que significa tática e estratégia para os marxistas revolucionários: As táticas devem buscar expressar a estratégia frente às condições postas em uma determinada situação. Trotsky em *Stálin, o grande organizador de derrotas*, afirma:

A concepção da estratégia revolucionária ganhou raízes apenas nos anos pós-guerra, e no começo indubitavelmente sob a influência de uma terminologia militar. Mas isto não quer dizer que ganhou raízes acidentalmente. Antes da guerra falávamos apenas das táticas do partido revolucionário; essa concepção era suficientemente adequada aos métodos sindicais e parlamentares então predominantes que não ultrapassam os limites das tarefas e reivindicações do dia a dia. Por concepção tática entendemos um sistema de medidas que servem a uma tarefa corrente ou a um simples ramo da luta de classes. Estratégia revolucionária, ao contrário, abarca um sistema combinado de ações que, juntas, por sua consistência e crescimento, devem levar o proletariado à conquista do poder.

Defender o programa da ditadura do proletariado, por mais central que seja, mas levar adiante táticas que apostam no sentido contrário de fortalecer a confiança da classe trabalhadora em suas próprias forças, inculcando-lhe o ódio de classe necessário, não é preparar-se. A avaliação da política concreta levada adiante pelos revolucionários deve orientar-se pela preparação política do proletariado, que como disse Trotsky é responsável por “9/10 da determinação dos resultados de uma guerra civil em favor do proletariado, enquanto que 1/10 da marcha da própria guerra civil, de seus meios técnicos, da direção meramente militar”. E em que consiste esta preparação? Novamente, nas palavras de Trotsky:

Na coesão revolucionária das massas, em sua libertação das esperanças servir na clemência, generosidade e lealdade dos escravistas ‘democráticos’, na educação dos quadros revolucionários que saibam desafiar a opinião pública oficial e que sejam capazes de exibir diante da burguesia, quanto mais não seja, uma décima parte da implacabilidade que a burguesia exibe diante dos trabalhadores. Sem esta têmpera, a guerra civil, quando as condições a impõem – e sempre terminam por impô-la – se desenvolverá em condições mais desfavoráveis ao proletariado, dependerá em maior medida de acasos; e mesmo em caso da vitória militar, o poder poderá escapar das mãos do proletariado⁴⁰.

Portanto, orientar-se neste sentido, sabendo se chocar com a opinião pública e buscando em cada momento definir as táticas pela independência de classe é chave para forjar alas de vanguarda dos trabalhadores capazes de se ligar às massas quando estas se levantem. É chave também para forjar a própria direção revolucionária, que deve se constituir como um verdadeiro Estado Maior do proletariado. E para isso é fundamental que se avance das formulações teóricas já provadas falsas, como

⁴⁰ Leon Trotsky, *Aonde vai a França?*, pg. 52, Ed. Desafio.

é a teoria da revolução democrática. Como demonstramos acima esta concepção teórica da LIT separa a luta revolucionária em momentos em que a chave seria a queda das ditaduras, como fez a LIT no Egito, e só depois se colocariam as consignas anti-imperialistas e socialistas, anulando toda a lógica legada pelo Programa de Transição segundo a qual é preciso agitar consignas que criem uma “ponte entre o nível de consciência existente e o socialismo” no calor da luta, que hoje demonstra toda a sua vigência. Esta reorientação estratégica deve se dar em todos os níveis: na prática e na teoria. É preciso que as táticas reflitam a estratégia, sob pena de que se assim não for, a defesa do programa socialista termine sendo um “horizonte” cada vez mais inalcançável, justamente quando a dinâmica internacional anuncia que a situação clamará pelo oposto disso.

Retomando Clausewitz, o maior teórico militar que se constituiu como uma referência central para Lênin e Trotsky:

A guerra nunca estoura de improviso nem sua preparação tem lugar em um instante. Deste modo, cada um dos oponentes pode, em boa medida formar uma opinião sobre o outro pelo que realmente este faz, e não pelo que teoricamente deveria ser e fazer⁴¹.

Estamos em um momento de observação mútua, e de acúmulo de forças das duas classes que se enfrentarão. E, portanto, cabe perguntar ao PSTU, novamente: que opinião se forja mediante uma esquerda que ao contrário de combater a confiança dos trabalhadores na polícia, diz que apoiá-los é parte de uma política para fazer com que as forças da contra-revolução passe para seu lado? Ou, que educa sua jovem militância de que toda e qualquer crítica à sua organização é produto de “parasitismo” das outras organizações, se esquivando de responder aos debates de estratégia postos, quando toda a tradição revolucionária da III Internacional antes de sua estalinização fora marcada pelo mais amplo debate entre as organizações sobre programa, tática e estratégia? Ou que, mesmo se mostrando falso, como constatamos diante do primeiro capítulo da primavera árabe insiste em um balanço teórico e não tiram as lições necessárias para superar o grau zero de estratégia que levou ao embelezamento das “revoluções quaisquer, com direções quaisquer”.

Mas a questão não é apenas um problema teórico. Tem implicações práticas e imediatas. Em nome de ir às massas, mesmo em um momento em que em nosso país prima ainda por um signo de estabilidade, estando conjunturalmente com uma situação mais atrasada se comparada à mundial, o PSTU acaba abandonando em sua prática política a tarefa preparatória de lutar para que se forjem setores de vanguarda conscientes entre os trabalhadores. Talvez a raiz desta orientação posta acima de qualquer outra na prática política do PSTU se remeta à crença elaborada por Valério Arcary quando retoma a revolução russa, afirmando que em outubro “morreram sete pessoas” que “*Quanto mais radicais as revoluções, portanto massivas e legítimas, mais pacíficas as suas formas, porque mais limitadas as*

⁴¹ Carl Von Clausewitz, *Da guerra*, pg. 172, Ed. Martins Fontes.

*possibilidades da contra-revolução*⁴². Arcary se permite não dar o devido peso à encarnçada guerra civil que varreu a Rússia, e cuja vitória por parte dos bolcheviques pode ser considerada a verdadeira consolidação do poder dos trabalhadores. Na contramão do teórico do PSTU, Trotsky e Lênin apostavam que na Europa ocidental seria provável que a guerra civil se desse antes da tomada do poder, e não depois, como foi na Rússia. Tendo em vista o desenvolvimento do capitalismo em praticamente todos os continentes, e a interligação superior da economia mundial, esta perspectiva hoje é a mais provável não só na Europa, como também na América Latina.

Portanto, nos preparamos para este cenário, encarando cada conflito da classe trabalhadora, por mais parcial que seja, como uma pequena escola de guerra. Cada combate ideológico contra os preconceitos e valores impostos pela classe dominante encaramos como um exercício de doutrina, necessária para forjar os quadros que responderão aos novos desafios abertos.

Estar ligado à maior quantidade de sindicatos sem que estes forjem uma tradição distinta ao que foi o petismo na luta de classes, não é um caminho para as massas, e para amenizar as possibilidades da contra-revolução. Flexibilizar a intransigência ideológica em nome de posições táticas equivocadas, como é o apoio às greves policiais, tampouco. A tarefa para os revolucionários em nossos dias, pois, não é ir às massas de qualquer maneira, adaptando-se à sua consciência atrasada, como a que crê que os policiais são potenciais aliados de classe, por um lado, e construir o partido tendo em base a agitação propagandística do programa revolucionário, por outro. Deve ser antes de tudo buscar transformar cada centro de gravidade, sejam os sindicatos, comissões de fábrica, bancadas parlamentares, como um centro de irradiação da política dos revolucionários, sob pena de se não for assim estas posições conquistadas terminarem sendo uma fonte de pressões para que se exerça uma prática política cada vez mais distante da estratégia dos revolucionários.

É neste sentido, que a nossa organização internacional tem buscado colocar suas forças, aportando para a instauração de uma nova prática política, e para o surgimento de camadas de operários revolucionários, que a partir da consciência de sua própria força, ocuparam a fábrica de Zanon e a colocaram para produzir sob controle operário. Este processo culminou com a vitória eleitoral da Frente de Esquerda, uma frente-única eleitoral encampada pelo PTS, PO e IS, e apoiada pelo PSTU argentino, levando à eleição da chapa liderada por Raul Godoy e Alejandro Lopez, ambos operários de Zanon, na província de Neuquén. Na França, onde impulsionamos a CCR no interior do NPA, lutamos para que este partido assuma uma orientação revolucionária, e se volte à classe trabalhadora. Nos fortalecemos em nossas seções latino-americanas contra as pressões de capitulação aos governos pós-neoliberais de Chávez e Evo Morales. No Brasil colocamos nossas modestas, mas decididas forças, para forjar o embrião de uma nova prática política, que recolque no centro de cena os setores mais explorados dos trabalhadores, como os ter-

⁴² Valerio Arcary, epílogo de Nahuel Moreno, *As Revoluções do Século XX*, pg. 95 – Ed Sunderman.

ceirizados, lutando a partir do Sintusp para tirar a unidade das fileiras operárias do discurso e colocá-lo em prática. Ao mesmo tempo, entendemos todos estes combates, como um exercício chave para estar à altura dos desafios que se anunciam, buscando reconstituir os fundamentos teóricos em meio às tarefas preparatórias colocadas no imediato. Como dissemos anteriormente

Nos últimos anos a FT-QI levou adiante um audaz giro de sua militância para se inserir qualitativamente no movimento operário. Isso fizemos “contra a corrente” (populista) que privilegiava o trabalho em outros setores explorados e oprimidos (camponeses, organizações de bairro, desempregados) e lutando politicamente também contra as correntes sindicalistas que opinavam que estamos frente a um período em que a tarefa é a acumulação de forças “pacífica” na classe trabalhadora. (...) A crise trará enormes perigos ao mesmo tempo que uma grande oportunidade para os revolucionários, já que os trabalhadores não evoluem somente nos conflitos (escolas de guerra, como chamava Lênin), mas serão educados com as enormes penúrias que virão da crise. Hoje os revolucionários temos que nos concentrar mais que nunca na classe trabalhadora, em sua luta, e ser parte de suas vitórias e derrotas. Só desta fusão pode surgir um verdadeiro partido revolucionário.⁴³

É com esta lente que extraímos estas primeiras lições da primavera árabe, e do que esta diz sobre a preparação da esquerda. Esperamos que se aprofunde o debate.

Julho de 2011

⁴³ Emilio Albamonte, “Apuntes sobre la crisis capitalista en curso y la reconstrucción de la IV Internacional” em *Estrategia Internacional* 25 – www.ft-ci.org.